

## IAOD do Deputado Lam U Tou em 18.06.2024

### **Esclarecer o impacto das obras de construção do viaduto entre a Zona A e a Zona B dos Novos Aterros Urbanos nas suas imediações**

No ano passado, a Direcção dos Serviços de Obras Públicas divulgou a concepção preliminar do “Viaduto entre a Zona A e a Zona B dos Novos Aterros Urbanos”, que se situa entre a Península de Macau e a Zona A dos Novos Aterros, ligará a oeste com a Rotunda do Centro de Ciência de Macau e a Avenida Dr. Sun Yat-Sen, atravessando, em direcção a leste, a Ponte da Amizade e o canal existente, e terminará na Zona A dos Novos Aterros Urbanos, fazendo uma interligação com a Ponte Macau, possuindo um comprimento total de 1650 metros.

No acto público de abertura das propostas da 2.<sup>a</sup> fase do concurso público para a “Empreitada de Concepção e Construção de um Viaduto entre a Zona A e a Zona B dos Novos Aterros Urbanos”, que teve lugar em Maio, a DSOP referiu que o início da obra está previsto para o 4.º trimestre deste ano e que o projecto, com cerca de 3,2 km de comprimento, abrange o viaduto, a obra da rede viária de ligação dos arruamentos das duas extremidades do viaduto, a passagem superior para peões e o túnel para peões, mas nunca divulgou a altura do viaduto em causa.

De acordo com o projecto preliminar, a localização do viaduto coincide com a Zona 1 da “Planta de distribuição da altura máxima permitida nas imediações do Farol da Guia”, aprovado pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2008. Tendo em conta que as cotas altimétricas máximas permitidas para a construção de edifícios nas referidas zonas de sobreposição são de 10,3 metros e 5 metros, a sociedade tem vindo a preocupar-se com o impacto do viaduto na paisagem do património mundial. Só este mês, quando os *media* pediram informações ao Governo, é que este divulgou, pela primeira vez, que a altura máxima do viaduto é de 25,8 metros. Há dias, em resposta aos *media*, o Instituto Cultural admitiu que uma pequena parte do referido viaduto se encontrava dentro do âmbito do limite de altura definido no Despacho referido, mas, como o viaduto não se trata de um edifício, segundo uma análise preliminar do IC, o seu impacto no Centro Histórico não será grande.

De acordo com o Despacho do Chefe do Executivo n.º 83 / 2008, “[c]onsiderando que o Farol da Guia constitui património mundial, e tendo em atenção a sugestão da UNESCO para a manutenção da respectiva classificação, torna-se necessário fixar as cotas altimétricas máximas permitidas para a construção de edifícios nas suas imediações”. No entanto, de acordo com a “Avaliação do impacto patrimonial e concepção urbana da zona ao redor da Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues”, publicada no ano passado pelo Governo, a mesma apresenta uma paisagem fundamental que reflecte o “valor universal excepcional do património” (OUV). É de salientar que mais de 2/3 da referida zona está numa área marítima, portanto, se se considerar apenas o limite da altura dos edifícios, não seria necessário estender a área limitada até à superfície do mar. Mais, de acordo com a Convenção do Património Mundial, os locais classificados como Património Mundial devem ter um “valor universal excepcional” para toda a humanidade. Os elementos característicos do “Valor Universal Excepcional” do Centro Histórico de Macau incluem a “Relação entre a Fortaleza

da Guia e o Farol da Guia e o Porto Exterior". Assim, qualquer "obstáculo ao panorama" que ultrapasse a altura permitida neste corredor visual causará danos à "paisagem formada pela montanha, mar e cidade". Mesmo que o viaduto não seja um projecto de construção de edifícios, não se aplicando o Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2008, isto não significa que a construção do viaduto das Zonas A e B dos Novos Aterros Urbanos corresponda às exigências de protecção do património mundial da UNESCO, e também não significa que não vai afectar o património mundial de Macau, nem haver o risco de exclusão da lista do património mundial. Pelo contrário, o Governo deve esclarecer, quanto antes, o público, se a construção dos viadutos para as zonas A e B dos Novos Aterros já foi comunicada à UNESCO e se foi obtida a autorização desta, porque as obras apenas podem ser iniciadas depois de obtido o respectivo consentimento!

Mais, uma parte do "viaduto nas Zonas A e B dos Novos Aterros Urbanos" sobrepõe-se ao terreno da Zona de Lazer Marginal da Estátua de Kun Iam e, segundo a Direcção dos Serviços de Obras Públicas, todas as instalações do jardim vão passar para a beira-mar para se aproveitar os passeios existentes e as suas faixas de arborização para a construção de 4 vias, que depois serão utilizadas para os trabalhos de construção do viaduto. A Zona de Lazer da Marginal da Estátua de Kun Iam, que faz parte da primeira fase do corredor verde costeiro da margem sul, tem sido muito bem acolhida desde a sua entrada em funcionamento em 2021, prevendo-se que as obras da segunda fase tenham início no final deste ano, com a duração de dois anos. Assim, qual vai ser o impacto concreto da empreitada desse Viaduto nas Zonas A e B dos Novos Aterros Urbanos para a Zona de Lazer da Marginal da Estátua de Kun Iam? Os serviços competentes devem prestar, quanto antes, os devidos esclarecimentos ao público.

## IAOD da Deputada Lo Choi In em 18.06.2024

### **O Governo deve ponderar, de forma global, a manutenção das medidas de apoio e reajustar adequadamente as políticas financeiras, para ultrapassar as dificuldades com os diversos sectores da sociedade**

Graças ao crescimento contínuo do número de visitantes, os sectores do jogo e turismo e as receitas fiscais do jogo recuperaram rapidamente. Desde o ano passado até ao primeiro trimestre deste ano, o PIB manteve um crescimento elevado e a taxa de desemprego tem diminuído. Todos estes dados favoráveis indiciam que a economia está a sair do abismo. No entanto, estes dados ou indicadores têm certas limitações e não conseguem espelhar a realidade global da economia. Por isso, o Governo não pode, de modo algum, negligenciar a situação e ser demasiado optimista na tomada de decisões com base em dados incompletos, por exemplo, na retirada de algumas medidas de benefício ou redução das políticas de apoio.

Refere-se no Índice de Prosperidade Económica de Macau, divulgado por uma associação, que “o consumo nos bairros comunitários está fraco visto que os residentes deixaram Macau para consumir, em nítido contraste com a prosperidade das zonas turísticas.” O que é em nítido contraste? Podemos fazer referência a um outro conjunto de dados. Segundo a Autoridade Monetária de Macau (AMCM), o lucro do sector bancário em 2023 reduziu significativamente, 56%, houve um banco cujos lucros caíram 97%, e um outro banco que passou dos lucros aos prejuízos, de um lucro de mais de mil milhões de patacas para um prejuízo de mais de mil milhões de patacas. Ora, “a banca é a mãe de todas as empresas”. O facto de mesmo os bancos se encontrarem numa situação tão desfavorável reflecte que a recuperação do mercado tem sido desigual e mesmo polarizada. O referido nítido contraste resulta também da taxa de incumprimento dos empréstimos hipotecários dos imóveis, quer residenciais quer comerciais, que se mantém elevada, em particular a taxa de incumprimento do pagamento de empréstimos das PME que atingiu 3,5% no segundo semestre de 2023, representando um aumento de sete vezes relativamente a 2021. Após o levantamento das medidas picantes, o mercado imobiliário registou uma tendência ascendente em termos de volume e uma tendência descendente em termos de preços. Todos estes dados contrastam fortemente com a subida significativa do PIB, o que mostra que, na situação complexa e interligada de hoje, não se pode confiar apenas em dados brilhantes individuais para reflectir a realidade, e que o Governo deve tomar medidas de apoio mais vigorosas para fazer face à recuperação desigual e adoptar uma abordagem multifacetada para promover o desenvolvimento e a recuperação económica.

Há dias, o Governo anunciou a prorrogação de 8 para 10 anos do prazo máximo de reembolso do Plano de Apoio às PME e do Plano de Apoio a Jovens Empreendedores. Para as empresas beneficiárias que ainda se encontram no período de reembolso, o prazo será automaticamente prorrogado por mais dois anos. Estes dois planos envolvem cerca de 12 mil casos, e creio que conseguem resolver, em certa medida, as necessidades urgentes de parte dos cidadãos ou das empresas, e a sociedade em geral concorda e reconhece esta medida. No entanto, o montante e o âmbito da medida são limitados, e existe uma grande diferença em comparação com o montante global dos empréstimos, por isso, apelo ao Governo para ter em conta o âmbito geral. Para prevenir riscos financeiros sistemáticos, o

Governo deve ponderar sobre o ajustamento da política de “pagamento somente dos juros dos empréstimos” e estudar o tempo adequado e os mecanismos de saída. Mais, sugiro ao Governo e às autoridades de supervisão financeira que concedam mais poder, espaço de manobra e flexibilidade às instituições bancárias em relação aos atrasos das PME no pagamento dos empréstimos, devido ao termo desta política, especialmente no que respeita à classificação dos activos e à constituição de provisões para a reestruturação dos empréstimos concedidos, a fim de atenuar a pressão de reembolso dos cidadãos e das empresas e evitar eventuais efeitos negativos resultantes da eliminação, de forma radical, dos planos.

Sabemos que as políticas de apoio não são para sempre. No entanto, como disse o Presidente Xi Jinping, estamos a viver numa era de “mudanças sem precedentes nos últimos cem anos”, e Macau está a enfrentar as grandes oportunidades e desafios da integração da Grande Baía, por isso, num período anormal recorre-se a meios anormais, e neste período de transição crucial e difícil, o Governo deve manter certa força de apoio. Apelo mais uma vez ao Governo para lançar medidas generalizadas de consumo para apoiar os cidadãos, estimular o consumo nos bairros comunitários, manter os postos de trabalho nestes bairros, e ainda aliviar a pressão das micro e PME e das lojas ao nível do fundo de maneio. Apelo ainda ao Governo para aproveitar bem a reserva de terrenos, atrair mais investimento estrangeiro, explorar novos sectores económicos, reforçar a aposta nos serviços sociais, criar mais postos de trabalho profissionalizados, e para aproveitar também o grande fluxo de pessoas nos diversos postos fronteiriços para desenvolver a economia dos postos fronteiriços e construir complexos comerciais, com vista a criar um novo campo de batalha para as empresas e particulares de Macau, e a aumentar as saídas para as PME. Com os diversos apoios à recuperação estável da sociedade, acredita-se que será possível acabar com as medidas de apoio mais rapidamente.

## **IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 18.06.2024**

### **Reforçar a promoção das actividades culturais características de Macau durante as férias de Verão, assinaladas pela época alta do turismo**

O tempo é quente nas férias de Verão, sendo também a época alta do turismo em Macau. Apelo ao Governo e às diversas grandes agências de viagens que promovam, activamente, as actividades culturais características de Macau para permitir que os visitantes adquiram uma rica experiência turística no meio de uma atmosfera cultural opulenta, a par de apreciarem as paisagens históricas próprias de Macau.

Posicionado como um “Centro Mundial de Turismo e de Lazer”, Macau tem uma longa história e uma rica cultura. Durante as férias de Verão deste ano, pode-se explorar e aproveitar, plenamente, os recursos históricos e culturais de Macau, incluindo o património mundial, a arquitectura com a combinação dos estilos chineses e ocidentais, os festivais e costumes tradicionais, etc., e apresentá-los aos turistas através de actividades temáticas bem planeadas. Proponho, então, às autoridades que formulem uma política turística para atrair mais visitantes.

Pode-se aproveitar a Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” para reforçar o intercâmbio cultural e a cooperação com as regiões vizinhas, lançando produtos turísticos diferenciados entre as regiões, de modo a criar a imagem de Macau como um destino turístico onde convergem as culturas oriental e ocidental. Há que promover o desenvolvimento do sector do jogo nos termos da lei, mas evitar a dependência excessiva, desenvolvendo activamente o modelo de “turismo +” e as indústrias emergentes, como as de convenções e exposições, e os serviços aos idosos, o desporto, etc., de modo a promover a diversificação do sector do turismo de Macau.

Ao mesmo tempo, há que reforçar a publicidade para promover a posição única de Macau e a sua imagem de marca como “Centro Mundial de Turismo e de Lazer” junto dos mercados interno e externo, a fim de atrair mais turistas para visitarem e conhecerem Macau. Há que aproveitar, plenamente, o património cultural de Macau e as suas vantagens em termos de recursos turísticos e, nesta base, continuar a otimizar os seus produtos e serviços para enriquecer o teor do Centro Mundial de Turismo e de Lazer de Macau, de modo a tornar-se um destino turístico e de lazer de classe mundial composto por gastronomia, turismo, compras, entretenimento e cultura.

## IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 18.06.2024

### Promoção da saúde física e psicológica dos jovens

Os jovens são o futuro e a esperança de Macau, e a sua saúde física e psicológica não tem só a ver com o seu crescimento pessoal, mas também com o desenvolvimento harmonioso e estável da sociedade. Face ao rápido desenvolvimento socioeconómico, às mudanças no ambiente de crescimento dos estudantes e à ampla utilização da *internet* e dos telemóveis, os jovens de hoje deparam-se com cada vez mais desafios em termos da sua saúde psicológica. Assim, a prestação de atenção e importância à saúde física e psicológica dos jovens, a criação de um ambiente propício ao seu crescimento saudável, e a promoção do seu desenvolvimento integral tornaram-se assuntos importantes a que o Governo e a sociedade em geral devem prestar mais atenção.

Para promover o desenvolvimento saudável da saúde física e psicológica dos jovens, gostaria de apresentar três sugestões:

1. Há que dar pleno uso ao valor positivo do desporto. A educação física pode treinar o corpo, promover a disciplina, a tolerância à dureza devido aos treinos e o espírito de equipa, e pode ainda reforçar a determinação, a resistência ao *stress* e a resiliência, promovendo assim a saúde física e psicológica. O Ministério da Educação e outros 17 serviços públicos da China lançaram em conjunto o “Plano de acção especial para reforçar e melhorar, de forma abrangente, a saúde psíquica dos estudantes na nova era (2023-2025)”, salientando que deve recorrer-se ao desporto para reforçar a determinação, valorizar o papel do desporto na regulação das emoções e no alívio do *stress*, e atingir a robusteza física por via do desporto escolar.

O desporto promove o desenvolvimento físico e a saúde dos jovens e também pode inculcar valores e uma visão positiva sobre a vida, o que é muito importante para a saúde psicológica dos jovens. Espero que o Governo, as escolas e os encarregados de educação prestem mais atenção ao desporto, que é uma vertente importante da educação sobre a vida, orientando os jovens para praticarem desporto, conhecerem valores correctos e construïrem a sua saúde física e mental saudável.

2. Promover a educação sobre a saúde mental como disciplina obrigatória nas escolas. O Ministério da Educação da China publicou uma “Comunicação sobre o reforço da gestão da saúde mental dos alunos”, exigindo a inclusão da disciplina de saúde mental nos currículos das escolas primárias e secundárias, e a prestação de atenção à organização de diferentes formas de educação sobre a vida e a frustração. Isto tem um significado orientador para a educação sobre a saúde mental de Macau, esperando-se que a referida disciplina seja integrada nos currículos escolares, reforçando a capacidade da educação sobre a saúde mental nas escolas. Mais, nos cursos de formação de professores, deve ser dada prioridade a esta temática, e aumentar o número quer de professores nesta área quer de assistentes sociais.

Terceiro, conhecer correctamente os problemas de saúde mental e prestar serviços de apoio *online*. Conhecer e encarar a saúde mental é o primeiro passo para garantir a saúde. Espero que o Governo reforce a divulgação e a educação sobre a saúde mental, orientando todos para conhecerem correctamente os problemas emocionais e procurarem apoios adequados. Em relação aos problemas encontrados no dia-a-dia, normalmente os jovens pedem ajuda na *internet*, por isso, devemos prestar atenção aos problemas emocionais divulgados na *internet* e prestar atenção aos pedidos de ajuda de saúde mental apresentados por esta via. Espero que o Governo e a sociedade forneçam uma plataforma para servir estes jovens *online*, oferecendo-lhes orientação, troca de ideias, aliviando as suas emoções para resolverem os seus problemas emocionais, e até intervenção em situações de crise quando necessário.

Por fim, é de referir que a família é uma parte importante para a saúde física e mental dos jovens, e permitir-lhes encontrar intimidade e sentido de pertença no seio da família é responsabilidade dos pais. Espero que o Governo generalize os conhecimentos sobre a saúde mental na família, promova a criação de um ambiente familiar fraterno e acolhedor, ajude as famílias a tratar, de forma mais eficaz, os problemas emocionais dos seus filhos e os ajude a aliviar as suas emoções negativas. Toda a sociedade tem de colaborar em prol do crescimento saudável dos jovens.

## IAOD dos Deputados Pang Chuan e Kou Kam Fai em 18.06.2024

### **Aprofundar os intercâmbios educativos e culturais e fazer brilhar o cartão-de-visita dourado da “Cidade Cultural da Ásia Oriental”**

Macau foi seleccionada como “Cidade Cultural da Ásia Oriental 2025”. Esta honra não só assinala o reconhecimento da diversidade cultural e da riqueza do património histórico de Macau, como também do seu papel activo no intercâmbio cultural mundial. Aquando da celebração do 25.º aniversário do retorno de Macau à mãe-pátria, o aditamento de mais um “cartão-de-visita dourado” a Macau, enquanto metrópole internacional, é particularmente significativo. Parabéns e muitas felicidades.

A 9.ª Reunião de Líderes China-Japão-Coreia do Sul realizou-se com êxito em Seul, na Coreia do Sul, por ocasião da apreciação final da Cidade Cultural da Ásia Oriental 2025, e foi emitida uma declaração conjunta que sublinhava o papel fundamental da cooperação, no domínio da educação, no aprofundamento dos intercâmbios entre as gerações mais jovens, bem como a importância da cultura e das artes como elo de ligação emocional entre os povos dos três países. A declaração afirma claramente que vai recorrer a diversas actividades, como à selecção da “Cidade Cultural da Ásia Oriental”, ao Festival de Artes China-Japão-Coreia do Sul, ao Fórum da Indústria Cultural China-Japão-Coreia do Sul, etc., para reforçar a compreensão mútua e a interacção entre os povos dos três países.

Macau, enquanto região especial da China, participa na construção conjunta de “Uma Faixa, Uma Rota”, possuindo vantagens únicas para promover o intercâmbio cultural e a aprendizagem mútua da Ásia Oriental. Após a distinção como “Cidade Cultural da Ásia Oriental”, há que responder às expectativas do país e desenvolver os efeitos positivos de “Cidade Cultural da Ásia Oriental”. Assim, propomos o seguinte:

1. Aprofundar o intercâmbio e a cooperação na área da educação. Com a missão de intercâmbio e aprendizagem entre as civilizações da Ásia Oriental, Macau deve aproveitar os seus recursos culturais e históricos únicos e o amplo palco da educação para reforçar a diversificação cultural de Macau na Ásia Oriental. Com o impulso da política de “integração de Macau em Hengqin”, as vantagens únicas da plataforma sino-lusófona e as oportunidades da “Cidade Cultural da Ásia Oriental”, há que promover activamente o turismo de investigação, atraindo turistas e permitindo aos alunos experimentar o “*soft power*” cultural de Macau, e contar bem as histórias de Macau e da China ao exterior. Mais, há que incentivar as escolas primárias e secundárias, e as universidades de Macau a estabelecerem relações de parceria com as escolas da Ásia Oriental e, através de escolas irmãs, intercâmbios académicos e troca de alunos entre escolas, entre outras medidas, promover o intercâmbio e a experiência cultural dos alunos, formar jovens com uma visão da Ásia Oriental, e contribuir para a harmonia e a integração regional e internacional.

2. Aprofundar o intercâmbio e a cooperação culturais. A China, o Japão e a Coreia do Sul pertencem ao círculo cultural da Ásia Oriental, com cultura comum, e a barreira dos rios não é suficiente para restringir o intercâmbio entre estes países. Com o seu estado cultural, Macau pode ser uma ponte cultural na Ásia Oriental. Para além dos intercâmbios

educacionais, Macau pode ainda organizar o Festival Juvenil de Cultura da Ásia Oriental, a Cimeira de Jovens Líderes ou o Acampamento de Verão de Cultura da Ásia Oriental, entre outros grandes eventos culturais, com foco na essência cultural, inovação artística, sabedoria histórica e progresso tecnológico comuns, para promover a interação e a cooperação em áreas mais vastas entre os jovens dos três países e mostrar o encanto de Macau como “Cidade Cultural da Ásia Oriental”.

Macau possui uma longa história de coexistência entre as culturas ocidental e oriental, e desempenha um papel importante no intercâmbio cultural da Ásia Oriental: as Ruínas de São Paulo foram construídas por artesãos japoneses; no Jardim Luís de Camões e na Igreja de Santo António está colocada a estátua comemorativa do missionário sul-coreano Kim Dae-jian. Além disso, participando na Rota Marítima da Seda, Macau tem dado um importante contributo histórico para o intercâmbio económico, cultural e tecnológico na Ásia Oriental. Espero que trabalhemos em conjunto para fazer brilhar o cartão-de-visita de Macau como “Cidade Cultural da Ásia Oriental”, abrindo um novo capítulo para a prosperidade cultural de Macau e até das regiões da Ásia Oriental, e para a interligação entre elas.

## IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 18.06.2024

### Optimizar a capacidade de transporte transfronteiriço

Com a política de “Circulação de veículos de Macau em Guangdong”, lançada há quase dois anos, registou-se um aumento explosivo no fluxo de veículos nos postos fronteiriços, que atingiu 433 mil veículos no primeiro trimestre de 2024, ou seja, um aumento de 2,7 vezes em relação ao período homólogo do ano passado. A Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau é como um entreposto para os residentes de Hong Kong e Macau que se deslocam ao Interior da China, e há sempre congestionamentos nos feriados e nas horas de ponta, assim, para desviar eficazmente o fluxo de veículos, incluindo os veículos transfronteiriços, espero que o Governo se coordene com o Interior da China, aumente a capacidade de transporte nas fronteiras e zonas circundantes, e optimize e integre o respectivo *hardware*.

Na semana passada, o feriado prolongado do Festival de Barco Dragão atraiu um grande número de residentes de Hong Kong e Macau que conduziu para norte. Segundo os dados do posto fronteiriço da referida Ponte, até às 19h00 do dia 10 de Junho, registaram-se mais de 47 mil entradas e saídas de veículos de Hong Kong e Macau, atingindo-se um novo recorde histórico, e mesmo com a quota diária de 2 mil imposta pela política em causa, muitos residentes optaram por regressar no último dia de feriado e esperaram, juntamente com os veículos de Hong Kong, no posto fronteiriço de Zhuhai para atravessar a fronteira, surgindo assim uma longa fila. Segundo alguns residentes, naquele dia só conseguiram regressar a Macau após um engarrafamento de cerca de 4 horas.

Com a popularização da política de circulação de veículos de Macau e de Hong Kong na China, nos últimos anos, o posto fronteiriço da Ponte está quase sempre congestionado nos feriados, durante as horas de pico de entrada e saída. Por isso, a sociedade tem solicitado a extensão dessa política a outros postos fronteiriços, por exemplo, através do Posto Fronteiriço de Hengqin. É de salientar que, no início do ano passado, na resposta a uma interpelação escrita minha, o Governo refere que as políticas de “circulação de veículos de Macau na China” e de “circulação de veículos com matrícula única de Hengqin” tinham sido lançadas com base em diferentes considerações, que na primeira fase começava a ser implementado o procedimento “um veículo por cada política”, e que as autoridades de Guangdong e de Macau iam avaliar oportunamente a situação da sua implementação, estudando o alargamento gradual dos postos fronteiriços para a circulação de veículos motorizados de Macau, através da marcação prévia por quotas.

Com o aumento do fluxo de veículos no posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a entrada em funcionamento das 30 faixas de rodagem do posto fronteiriço de Hengqin, verifica-se que é possível manter a fluidez da passagem durante as horas de ponta nos feriados e fins-de-semana. Por isso, proponho ao Governo que acelere as negociações com a Província de Guangdong, no sentido de adoptar, a título experimental, o regime de marcação prévia para a entrada e saída de veículos de Macau através do posto fronteiriço de Hengqin, nos feriados e festividades importantes, por forma a dispersar os veículos e a reduzir a pressão do trânsito no posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Ao mesmo tempo, pode coordenar-se com a província de Guangdong no sentido de actualizar

o *hardware*, por exemplo, integrando o sistema para a optimização dos procedimentos de passagem fronteiriça, acelerando o processo de passagem de veículos e passageiros.

## **IAOD do Deputado Lei Chan U em 18.06.2024**

### **Aperfeiçoamento de mecanismos para promover o desenvolvimento sustentável e saudável do regime de segurança social**

O Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) discutiu ontem pela primeira vez o relatório de revisão das “Medidas do subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade”, e o Governo anunciou que vai lançar uma nova ronda do “Plano do subsídio complementar provisório”. Espero que o Governo, para além de otimizar as respectivas medidas, implemente outras para incentivar a procriação, com vista a resolver os problemas da baixa taxa de natalidade e do envelhecimento da população.

A redução contínua da taxa de natalidade e o agravamento do envelhecimento populacional não só têm impacto na estrutura demográfica e no desenvolvimento socioeconómico de Macau a longo prazo, como também têm impacto negativo no desenvolvimento sustentável e saudável do regime de segurança social. A diminuição contínua da taxa de natalidade vai fazer com que a dimensão da população activa, fonte de contribuições para o Fundo de Segurança Social (FSS), diminua gradualmente no futuro, afectando as receitas do FSS. Mais, o aumento contínuo da população idosa vai causar uma grande pressão nas prestações do referido Fundo.

Actualmente, as receitas principais do FSS são as contribuições do jogo, a comparticipação de 1 por cento das receitas correntes do orçamento financeiro geral do Governo de cada ano, a dotação de 3 por cento do saldo da execução do orçamento central, as contribuições dos beneficiários, a taxa de contratação de trabalhadores não residentes e os rendimentos provenientes dos investimentos do FSS. Em 2022, as contribuições do jogo e as dotações financeiras do Governo representaram 43,6 por cento, enquanto as contribuições dos beneficiários, apenas 13,4 por cento.

As receitas do Fundo de Segurança Social dependem muito das dotações do Governo, o que não é favorável ao seu desenvolvimento saudável e sustentável. Há dias, na sessão de interpelação oral, a Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura afirmou que, todos os anos, as receitas do Fundo de Segurança Social (FSS) não conseguem suportar as despesas, e que, devido à epidemia dos últimos anos, as receitas do FSS foram muito baixas, só que entretanto o envelhecimento da população de Macau continuou, por isso prevê-se que, até 2041, o número de idosos de Macau vai aumentar dos actuais 90 mil para 164 mil e, nessa altura, o FSS vai enfrentar uma grande pressão decorrente da atribuição dos subsídios.

A sustentabilidade é um dos princípios importantes do regime de segurança social. O desenvolvimento sustentável e saudável da segurança social significa que, por um lado, é necessário garantir as necessidades básicas de vida das gerações actuais e, por outro, levar em consideração as exigências de segurança social das gerações posteriores. Nos termos da lei que estabelece o “Regime da Segurança Social”, o Governo é solidariamente responsável pelas prestações da segurança social, mas é certo que é necessário dar importância ao conceito de “responsabilidade conjunta, participação racional, construção conjunta e

partilha conjunta” desse regime. Sugiro ao Governo que aperfeiçoe, de forma gradual, o mecanismo de “partilha” previsto no regime de segurança social, reforce a consciência sobre os riscos sociais, tenha sentido de responsabilidade e de risco, melhore, de forma gradual, a estrutura das receitas do regime, e reforce a estabilidade e a “elasticidade” do Fundo, para, com base nisso, promover, em conjunto, o desenvolvimento sustentável e saudável do regime, para que o sistema desempenhe plenamente o seu papel de rede de segurança social, salvguarde a vida dos residentes e sirva como instrumento para garantir o funcionamento estável da sociedade. Mais, há que aplicar, de forma incansável, esforços para concretizar a modernização do sistema e o reforço da capacidade para lidar com a segurança social.

## IAOD da Deputada Lei Cheng I em 18.06.2024

### **Definir a próxima fase do plano de controlo do tabagismo, combater o fenómeno “locomotiva”, evitando que os residentes sejam afectados pelo fumo do tabaco**

No dia 31 de Maio, Dia Mundial Sem Tabaco, sob o tema de proteger as crianças contra a interferência na indústria do tabaco, as autoridades organizaram seminários sobre o controlo do tabagismo e postos de consulta sobre os malefícios do tabaco, entre outras actividades, continuando a divulgar o trabalho de controlo do tabagismo junto dos cidadãos.

Os trabalhos de controlo do tabagismo têm sido desenvolvidos ao longo dos anos. O regime de prevenção e controlo do tabagismo entrou em vigor em 2011, e após a sua revisão, passou a ser proibido fumar nos recintos públicos fechados e foram introduzidas novas normas para a proibição do consumo de cigarros electrónicos. Têm-se obtido resultados positivos, como a redução contínua da taxa de consumo de tabaco, e a criação de um ambiente saudável e sem fumo depende dos esforços conjuntos do Governo e de todos os sectores da sociedade.

De acordo com a Lei de prevenção e controlo do tabagismo, os Serviços de Saúde planeavam publicar o mais recente relatório final sobre o controlo do tabagismo no início de 2021, no entanto, devido ao impacto da epidemia, foi adiado cerca de três anos e meio, e só vai ser publicado até Setembro. Apesar de não haver novos dados, na prática, verifica-se que Macau continua a enfrentar desafios nos trabalhos de controlo dos malefícios do tabaco.

Primeiro, há que estudar medidas eficazes para reprimir a "locomotiva" do tabagismo. De acordo com o último relatório final sobre o controlo do tabagismo, o público tem prestado atenção às situações em que os peões são obrigados ao fumo em segunda mão quando os fumadores fumam enquanto andam. Segundo as autoridades, como as ruas de Macau são relativamente complexas e estão envolvidos diferentes serviços competentes, e tomando como referência a experiência de outras regiões, é difícil regular a “locomotiva” em Macau, por isso, vão continuar com o estudo de soluções viáveis. É de salientar que as ruas de Macau são estreitas e muitos não fumadores, especialmente jovens e crianças, andam nas ruas e encontram "locomotivas", sofrendo os efeitos do fumo passivo. Assim, proponho ao Governo que defina objectivos e reforce as negociações com os diversos serviços públicos e com a sociedade, com vista ao combate às "locomotivas" do tabaco.

2. Estudar o alargamento das áreas de proibição de fumar nos espaços públicos ao ar livre, nomeadamente onde os menores estão presentes. Segundo o “Inquérito sobre o consumo do tabaco pelos jovens de Macau”, em 2021 a taxa de consumo de tabaco tradicional dos alunos com idades entre os 13 e os 15 anos diminuiu, no entanto, ainda há muitos alunos que têm contacto com o fumo passivo em locais públicos. Segundo alguns residentes, os fumadores fumam fora das “linhas cinzentas” das paragens de autocarros, e os passageiros que estão à espera de autocarro ficam obrigados ao fumo passivo. Proponho ao Governo que estude a possibilidade de alargar e aperfeiçoar, gradualmente, as referidas áreas de proibição de fumar, por exemplo, nos acessos a creches, escolas, hospitais, etc., ou

de criar áreas pedonais sem fumo, e reforçar a protecção dos menores contra os malefícios do tabaco.

3. Reforçar a execução da lei para combater a venda ilegal na *internet* ou o contrabando de cigarros electrónicos e outros produtos de tabaco, pois existem vários novos tipos de produtos de tabaco. Já foi revista a lei para proibir a venda e importação de cigarros electrónicos, mas o Governo deve aperfeiçoar a sua política no sentido da proibição dos cigarros electrónicos, reforçando a inspecção por amostragem e acompanhando as queixas, a fim de prevenir a importação ilegal de produtos de tabaco ou de cigarros electrónicos através do comércio electrónico e do correio, dando prioridade à prevenção da exposição dos menores ao fumo do tabaco.

4. Definir a próxima fase do plano de controlo do tabagismo e os objectivos de curto, médio e longo prazo das políticas. Peço ao Governo para divulgar, quanto antes, um novo relatório de acompanhamento e avaliação do “Regime de prevenção e controlo do tabagismo”, avaliar a eficácia das medidas de fiscalização, concretizar as sugestões, e aperfeiçoar, de forma contínua, o regime. O Governo deve ainda reforçar, em conjunto com os diversos sectores, a sensibilização e a educação sobre o controlo do tabagismo, permitindo aos cidadãos aprofundar os seus conhecimentos sobre os malefícios do tabaco tradicional e dos novos tipos de cigarros electrónicos, concretizando, em conjunto com todos os sectores da sociedade, os novos objectivos do controlo do tabagismo, construindo um ambiente sem fumo e protegendo ainda mais a saúde da população.

## IAOD do Deputado Si Ka Lon em 18.06.2024

### **Melhorar as instalações complementares relacionadas com a vida da população na Zona de Cooperação Aprofundada e acelerar a criação de um ambiente habitacional semelhante ao de Macau**

O Director do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China e Director do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, Xia Baolong, deslocou-se à Zona de Cooperação Aprofundada para se inteirar dos trabalhos da primeira fase, visitar os postos fronteiriços, as instalações complementares relacionadas com a vida da população e o desenvolvimento e construção de indústrias diversificadas, referindo que Hengqin é uma vantagem para o futuro desenvolvimento de Macau.

De facto, é indispensável desenvolver, com todo o empenho, os objectivos, os sistemas, as indústrias, as infra-estruturas e a vida da população para a “integração Hengqin-Macau”. O Governo está a promover, de forma ordenada, o desenvolvimento conjunto das indústrias de Hengqin e de Macau, por exemplo a implementação de diversos serviços públicos, instalações e benefícios, especialmente a venda do projecto de Novo Bairro de Macau e a implementação da “gestão separada” e da zona aduaneira autónoma, o que atraiu muitos residentes de Macau a viverem lá. Segundo consta, cerca de 16 mil residentes de Macau vivem e trabalham em Hengqin, o que só acelera o desenvolvimento integrado Hengqin-Macau.

Ainda há muitos pormenores a melhorar no respeitante à implementação das políticas e medidas relacionadas com a vida da população. Segundo muitos residentes, o Governo deve resolver as questões relacionadas com a instalação de passagens alfandegárias, instalações complementares para a vida da população, instalações de trânsito, livre circulação de mercadorias, ligação à *internet*, etc. Deve ainda envidar mais esforços na criação de um ambiente habitacional semelhante ao de Macau, assegurar o bem-estar da população em Hengqin, e, deste modo, reforçar a determinação e a confiança da sociedade no desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada.

Apresento então as seguintes sugestões:

1. Nos termos da legislação vigente sobre a fixação de residência, são apenas considerados casos excepcionais os indivíduos que tenham de permanecer no exterior para consulta médica, para prestar apoio a familiares doentes, para frequentar cursos académicos ou profissionais não disponíveis ou de fácil acesso em Macau, ou por serem artistas ou de outras profissões, os quais são dispensados do cumprimento do requisito de permanecer, pelo menos, 183 dias em Macau. Entretanto, mais pessoas passaram a viver no Novo Bairro de Macau, entre as quais residentes de Macau e familiares de residentes não permanentes, e algumas delas, por serem donas de casa ou estarem a estudar em Hengqin, não preenchem o requisito de permanecer, pelo menos, 183 dias em Macau nem as normas excepcionais. Por isso, sugiro ao Governo que proceda, quanto antes, à revisão da lei.

2. Quanto à passagem fronteiriça e às instalações complementares de trânsito, o posto fronteiriço de Hengqin dispõe de um canal para os “turistas habituais”, mas o seu uso limita-se aos funcionários públicos que viajam frequentemente entre Hengqin e Macau e aos trabalhadores das instituições de ensino superior de Macau, entre outros que reúnem as condições necessárias e estão devidamente registados. Proponho ao Governo que inclua os residentes de Macau que vivem em Hengqin no âmbito dos destinatários deste canal, reveja as técnicas de passagem aplicadas nos corredores para veículos, estude a viabilidade de levantar os limites de idade para o pessoal que segue nos veículos e de lançar o serviço de transporte directo transfronteiriço, para melhor satisfazer as necessidades dos residentes nas deslocações entre Hengqin e Macau.

3. Em relação às instalações complementares relacionadas com a vida da população, muitos residentes de Macau já se mudaram para o “Novo Bairro de Macau”, portanto, sugiro que se acelere o aperfeiçoamento das instalações complementares deste bairro, promovendo-se, nomeadamente, a entrada em funcionamento do posto de saúde e o estudo da possibilidade de expandir ainda mais os cuidados de saúde prestados pelo posto, para facilitar a vida dos cidadãos, especialmente dos idosos. Mais, com o aumento do número de residentes de Macau a viver em Hengqin, há que acelerar o aperfeiçoamento das instalações educativas e criar, de acordo com o planeamento, turmas para o terceiro ano do ensino primário e superior, no sentido de se formar, quanto antes, um modelo de vida tendencialmente semelhante ao de Macau.

## **IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 18.06.2024**

### **Promover o investimento e a colaboração internacional no âmbito das infra-estruturas**

O 15.º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas vai ter lugar em Macau entre 19 e 21 de Junho, e vai contar com a presença de mais de 3 mil convidados de 69 países e regiões, incluindo ministros e representantes de instituições financeiras, organizações internacionais, associações comerciais do exterior e instituições internacionais de engenharia, sendo assim uma plataforma de intercâmbio relevante de nível internacional. Macau, enquanto plataforma económica e comercial entre a China e os países lusófonos, deve aproveitar as oportunidades e vantagens e, em articulação com a Grande Baía e as tecnologias inovadoras na área da engenharia, criar intercâmbios com a comunidade internacional, para permitir que Macau desempenhe um papel importante no investimento e colaboração internacional no âmbito das infra-estruturas.

Entretanto, vão ser ainda realizados o Fórum dos Engenheiros da Grande Baía e o Fórum dos Engenheiros dos Países de Língua Portuguesa, tudo isto em prol da concretização da ideia “desenvolver-se em conjunto com a Grande Baía e com base em obras; e caminhar para a comunidade internacional para a inovação e o intercâmbio.”

Atendendo às mudanças constantes da conjuntura mundial, às fortes oscilações económicas e à feroz concorrência ao nível do desenvolvimento tecnológico, a construção de infra-estruturas passou a ser um pilar fundamental da promoção do progresso e crescimento económico do País, e sob a iniciativa “Uma faixa, uma rota”, o investimento e a construção de infra-estruturas constituem até a principal força motriz para impulsionar a colaboração internacional e o desenvolvimento conjunto.

Nos últimos anos, o Governo tem apoiado fortemente a construção de infra-estruturas, lançou e concluiu muitos projectos, constituindo uma rede integrada de infra-estruturas nas áreas dos transportes, energia, comunicações e cidade inteligente, promovendo o crescimento económico local e proporcionando a Macau mais oportunidades e uma ampla plataforma ao nível da cooperação internacional, no âmbito da iniciativa “uma faixa, uma rota”. O investimento em infra-estruturas e a cooperação internacional, a par do desenvolvimento da diversificação económica, tornam-se cada vez mais importantes, para consolidar as bases do futuro desenvolvimento económico de Macau e injectar novo dinamismo.

Macau deve aproveitar bem esta plataforma internacional para atrair a participação de mais empresas do Interior da China com potencialidade em diversos fóruns internacionais, aprofundar a cooperação com os diversos países na área da construção de infra-estruturas, promover em conjunto o seu desenvolvimento de alta qualidade a nível mundial e concretizar a complementaridade e a partilha de técnicas e recursos de inovação tecnológica.

## IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 18.06.2024

### **Aproveitar bem a plataforma do *Peking Union Medical College Hospital* para continuar a promover o desenvolvimento do sector da saúde de Macau**

Ao longo dos anos, o Governo tem vindo a seguir o conceito de “tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção”, para aperfeiçoar as infra-estruturas de *software* e *hardware* na área da saúde. Nos últimos anos, com a entrada em funcionamento do Centro Clínico de Saúde Pública, do Edifício de Especialidade de Saúde Pública e do Centro Médico de Macau do *Peking Union Medical College Hospital* (Centro Médico de Macau), a proporção, de há 10 anos para agora, de médicos e enfermeiros por cada mil habitantes aumentou de 2,7 e 3,6, respectivamente, para 2,9 e 4,4, o que reflecte um grande progresso no sector da saúde.

A par dos êxitos notáveis na área da saúde, não se pode negligenciar os diversos riscos e desafios de saúde pública. Após a COVID-19, há que prevenir, a todo o momento, doenças transmissíveis imprevisíveis e riscos epidémicos; e também há que dar atenção à pressão sobre o futuro sistema de saúde, sob o envelhecimento previsível da população. Por exemplo, segundo os dados estatísticos, no ano passado, a população idosa ultrapassou, pela primeira vez, a população infantil e, com este aumento da população idosa, as doenças crónicas e a procura de cuidados de saúde especializados para idosos também vão aumentar. Segundo as estatísticas da saúde, no ano passado, o número de consultas externas, de utentes dos serviços de urgência e de utentes cirúrgicos aumentou 1,3, 23,6 e 3,4 por cento, respectivamente, e em termos anuais. O número de utentes dos estabelecimentos de cuidados de saúde primários também aumentou 20,9 por cento, o que demonstra a continuação do aumento da procura de cuidados de saúde.

É de salientar que a construção de *software* e de *hardware* médico referida, em particular, após a entrada em funcionamento do Centro Médico de Macau, que conta com o apoio do *Peking Union Medical College Hospital*, que é uma instituição médica pública de nível nacional de topo, com “serviços médico, educativos e de pesquisa”, será um forte apoio para enfrentar os riscos e desafios e proteger a saúde da população. Com a inauguração do Centro Médico no dia 16 de Setembro, as diversas especialidades médicas e a indústria de *big health* estão a desenvolver-se gradualmente, portanto, o Governo deve aproveitar bem as vantagens desta plataforma, para promover o desenvolvimento conjunto dos serviços de saúde públicos, privados e sem fins lucrativos.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforço da reserva de quadros qualificados para responder às necessidades dos diversos níveis de cuidados de saúde. A entrada em funcionamento do Centro Médico de Macau e o aumento da procura de serviços de apoio aos idosos e de cuidados de saúde em todos os níveis necessitam de uma reserva suficiente de recursos humanos na área da saúde. As autoridades devem proceder a um estudo dinâmico sobre a procura de talentos e de recursos humanos e apoiar, através da introdução de talentos, de formação local e de formação profissional, a construção de uma reserva de talentos na saúde; e também reforçar

o regime profissional dos profissionais de saúde e reduzir a diferença salarial e de regalias entre os profissionais de saúde dos sectores público e privado e os do sector sem fins lucrativos, para manter a estabilidade dos recursos humanos de todo o sector da saúde e enfrentar os diferentes riscos e desafios de saúde pública no futuro.

2. Cooperação tripartida na área da saúde para elevar o nível técnico. O Centro Médico de Macau possui, por um lado, os mais recentes equipamentos médicos e *hardware* investidos pelo Governo da RAEM e, por outro, está a operar e sob gestão de um dos hospitais de nível mais elevado do País. Espera-se que o Centro eleve a qualidade geral dos cuidados de saúde de Macau, se transforme num núcleo de formação de profissionais de saúde dos sectores público e privado e do sector sem fins lucrativos, e coopere com as respectivas instituições de ensino superior e de saúde na prestação de formação e introdução de técnicas médicas avançadas, promovendo a localização e o desenvolvimento profissional dos cuidados de saúde.

3. Optimização da qualidade dos serviços médicos através da indústria da macrossaúde. Há que acelerar o planeamento do desenvolvimento da indústria da macrossaúde, utilizando o Centro Médico de Macau como plataforma, como uma marca importante de “turismo + saúde”; no pressuposto de não afectar o acesso dos residentes locais a melhores serviços de cuidados de saúde, há que acelerar a revisão da lei relativa à publicidade médica, para atrair mais pessoas a recorrerem aos serviços de cuidados de saúde de alta qualidade em Macau, incentivando o desenvolvimento das indústrias relacionadas e da diversificação adequada da economia; isto pode promover a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e compensar as despesas públicas de saúde através das receitas dos serviços, respondendo à crescente procura de cuidados de saúde públicos.

## **IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 18.06.2024**

### **Proteger o oásis espiritual e construir escolas harmoniosas**

Com o rápido desenvolvimento da sociedade, a saúde mental passou, hoje em dia, a assunto de atenção. A escola é um elo importante no processo de crescimento das crianças, desempenha um papel na educação e na protecção, aliás, costuma dizer-se que a escola é uma miniatura da sociedade, e os elementos mais importantes desta pequena sociedade são os alunos e os professores. Como a sua saúde mental está relacionada com o seu crescimento feliz, a qualidade da educação tem um impacto profundo no desenvolvimento harmonioso de toda a sociedade.

Os alunos encontram-se numa fase de desenvolvimento integral da sua saúde física e mental, e são constantemente influenciados por diversos factores físicos, psicológicos e sociais. Durante o seu crescimento, enfrentam vários tipos de problemas, e segundo a teoria do desenvolvimento psicossocial, o processo de desenvolvimento psicológico das crianças e dos jovens afecta a sua personalidade na maioridade, por isso, o seu desenvolvimento psicológico saudável é também importante para a harmonia social no futuro.

Com o rápido desenvolvimento social, o papel da educação mudou. Os professores, cujo papel passou de “instrutivo” para “apoio”, têm de cultivar a motivação, de atender aos hábitos e interesses dos alunos, e têm de participar mais na administração da escola e enfrentar um novo ambiente educativo em que a informação está constantemente a ser actualizada e alterada. Ora, isto coloca uma carga psicológica mais pesada sobre o pessoal docente, afectando a eficiência do seu trabalho, a qualidade do ensino, e também o crescimento dos alunos. Por conseguinte, a saúde mental do pessoal docente é igualmente importante para a qualidade e a eficácia da educação.

Para garantir um campus harmonioso, gostaria de fazer as seguintes sugestões:

1. Em termos de orientação geral, a educação sobre a saúde mental deve ser reforçada a nível social, os conhecimentos sobre esta temática devem ser generalizados, e a importância que lhe é dada deve ser reforçada na sociedade em geral e entre as partes mais interessadas, ou seja, pais, professores e estudantes.

2. Em termos de apoio social, os serviços no âmbito da saúde mental devem ser optimizados, devem ser proporcionados mais serviços aos professores e aos estudantes, como consultas e aconselhamento psicológico, e deve ser prestada mais atenção aos professores, em termos do reforço da sua auto-regulação e da manutenção de atitudes e emoções positivas, de modo a apoiá-los quer na identificação quer na resolução dos seus problemas de saúde mental, permitindo-lhes assim um melhor desempenho das suas funções.

3. Na escola, há que melhorar o ambiente de trabalho e introduzir a força de equipa, para aliviar a pressão psicológica dos docentes e aumentar o seu grau de felicidade e satisfação. Por exemplo, podem realizar-se actividades culturais, recreativas e desportivas, para criar uma cultura e um ambiente escolares harmoniosos, e as escolas devem prestar atenção à saúde mental dos docentes, proporcionando-lhes um bom ambiente de trabalho e o apoio psicológico necessário.

Em suma, proteger a saúde mental é responsabilidade de todos e pedra basilar para a construção de uma escola harmoniosa. Devemos apoiar os alunos no reforço da sua resiliência psicológica, para poderem enfrentar activamente a pressão e os desafios, além disso, as escolas, os serviços de educação e os diversos sectores da sociedade devem trabalhar em conjunto, dando importância à saúde mental dos professores e alunos, e criando um ambiente de crescimento saudável e harmonioso para que alunos e docentes possam promover em conjunto o desenvolvimento vigoroso da educação em Macau.

## **IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 18.06.2024**

### **Construção de uma rede de apoio com uma cobertura mais abrangente, em prol do reforço da protecção dos grupos desfavorecidos**

Em 2007, o Governo recorreu a um regulamento administrativo para definir o Regime do subsídio a atribuir a indivíduos e a agregados familiares em situação de carência económica (doravante designado por Regime de apoio económico), que visa assegurar o apoio social às pessoas que se encontram em situações de carência económica resultantes de factores de natureza social, de saúde e outros que exijam apoio especial. Segundo os dados do Relatório de Actividades do Instituto de Acção Social (IAS), em 2022, um total de 4474 pessoas, provenientes de 2898 agregados familiares, recebeu apoio financeiro regular do IAS. Relativamente a um total de 4683 pessoas provenientes de 3079 agregados familiares em 2021 e a um total de 5127 pessoas provenientes de 3364 agregados familiares em 2020, o número de beneficiários em 2022 baixou, tanto pessoas como agregados familiares.

O Regime de apoio económico, enquanto importante política para o bem-estar, implica uma protecção mais básica para os grupos desfavorecidos. As razões para o declínio contínuo do número de beneficiários, apesar do grave impacto que a economia local sofreu nos últimos anos, devem ser analisadas em profundidade pelas autoridades. É de salientar que o Governo não parou de melhorar as várias medidas de apoio financeiro, mas alguns residentes carenciados foram, por várias razões, excluídos do apoio adequado. Os serviços competentes devem avançar com a melhoria do vigente Regime de apoio económico e construir uma rede de apoio com uma cobertura mais abrangente, para que o Regime possa beneficiar mais pessoas necessitadas.

Veja-se o exemplo do apoio à habitação. Nos últimos anos, muitos residentes, por razões económicas, optaram por viver em locais como Zhuhai ou Zhongshan onde as rendas são mais baixas, de modo a reduzir as suas despesas. Com o progresso contínuo da integração profunda Macau-Hengqin, Hengqin passou também a ser uma opção para os residentes se mudarem para lá viver. Nos termos do Regime de apoio económico, o beneficiário com idade igual ou superior a 65 anos, ou que sofra de incapacidade permanente para o trabalho pode pedir para viver no Interior da China, sem cancelamento do seu apoio económico. Como outras circunstâncias não são tidas em consideração, as famílias pobres e com baixos rendimentos ficam entre a espada e a parede.

Mais, de acordo com o Regime Jurídico da Habitação Social, os adquirentes de habitação económica ou da bonificação de juros de 4% não reúnem os requisitos para a candidatura à habitação social. As respectivas disposições prevêm expressamente a venda da fracção por motivo de problemas de saúde, dificuldades económicas, deterioração do ambiente familiar ou diminuição acentuada do rendimento familiar, ou a venda judicial da

sua casa por motivo de insolvência, a fim de liquidar os empréstimos concedidos pelos bancos, casos em que as pessoas podem ficar isentas, certo é que, segundo os residentes, há diversos motivos que levam à mudança da situação económica das famílias, algumas delas podem ter acontecido há já vários anos e dificilmente conseguem apresentar comprovativos, assim, as pessoas ficam desprotegidas e sem qualquer auxílio com o regime vigente.

É de salientar que as autoridades, através de diversas medidas de apreciação, revisão e fiscalização, asseguram que os diversos regimes de apoio não sejam alvo de abuso, o que é razoável. No entanto, tendo em conta o desenvolvimento social e as necessidades reais dos residentes, o Governo deve continuar a otimizar as diversas políticas de benefícios e apoios, com vista a estendê-las às regiões vizinhas e a abranger mais pessoas, a fim de concretizar o objectivo da política de protecção básica de vida dos grupos vulneráveis.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. O Governo deve proceder, atempadamente, à avaliação e à revisão do Regime jurídico da habitação social, para os residentes que se deparam com grandes dificuldades económicas ou com problemas familiares poderem ter garantias mínimas de habitação, nomeadamente, estudar a optimização deste regime, definindo disposições excepcionais para os ex-proprietários de habitação económica e para aqueles que gozaram da bonificação de juros a 4% poderem ter uma casa para viver, ou então alterar o prazo de autorização de venda dos imóveis da habitação económica.

2. O regime de apoio económico já está em vigor há 17 anos e, tendo em conta o desenvolvimento social e a orientação das políticas, sugiro às autoridades que procedam a uma revisão desse regime. No regime vigente, os beneficiários do apoio económico que tenham completado 65 anos ou que sofram de incapacidade permanente para o trabalho podem requerer apoio e viver no Interior da China, pelo exposto, sugiro que esta medida seja alargada aos beneficiários de outras medidas atribuídas pelo IAS, especialmente quando estes residem na Grande Baía ou na Zona de Cooperação Aprofundada, dado que a maioria destes beneficiários residem no Interior da China por motivos de pobreza, baixos rendimentos ou em articulação com as políticas nacionais, portanto há que dispensar as exigências impostas à residência em Macau.

3. O índice mínimo de subsistência é um indicador para o Governo disponibilizar apoio aos grupos carenciados e vulneráveis. Em 2014 e 2019, o Governo procedeu à sua revisão, e afirmou que ia rever o mecanismo de ajustamento até 2025. Assim, exorto as autoridades a iniciarem, quanto antes, os estudos, e a reverem a viabilidade de aumento dos respectivos valores, para as políticas de benefícios sociais, que têm como critério o índice mínimo de subsistência, poderem ser devidamente ajustadas, reforçando-se, deste modo, o apoio aos grupos em situação vulnerável.

## IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 18.06.2024

### **Aperfeiçoar as instalações complementares de trânsito para a época alta das férias de Verão**

Os três dias de feriado do Tung Ng terminaram e, segundo os dados divulgados pelo Governo, no primeiro dia entraram em Macau 120 mil visitantes e nos dois dias seguintes mais de 130 mil por dia, o que demonstra a forte atracção de Macau e a continuação da boa tendência da semana dourada de 1 de Maio. As receitas do jogo atingiram 20,1 mil milhões de patacas em Maio, ultrapassando o nível mensal dos 20 mil milhões pela primeira vez desde Fevereiro de 2020, o que indicia uma boa recuperação económica. No entanto, as pequenas e médias empresas dos bairros comunitários continuam a enfrentar grandes dificuldades, e a época alta das férias de Verão é crucial para o crescimento económico. Com a vinda dos turistas em família e em visita de estudo, e o lançamento de políticas favoráveis como a extensão do visto individual a oito cidades do Interior da China e múltiplas entradas entre Macau e Hengqin para excursões, prevê-se que o número de visitantes se mantenha num nível elevado.

Porém, as instalações complementares e as ligações de trânsito não conseguem responder às deslocações dos turistas e residentes. Recentemente, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego anunciou que ia haver mais de 20 obras viárias durante as férias de Verão, envolvendo uma grande área da cidade e causando alteração de itinerários dos autocarros, congestionamentos e estreitamento de ruas, o que dificulta as deslocações dos turistas e residentes. Assim, espero que o Governo divulgue, quanto antes, as respectivas informações, prepare bem os trabalhos de organização do trânsito e reforce a sensibilização, para os turistas e residentes planearem as deslocações.

Por outro lado, quanto à articulação do trânsito nos postos fronteiriços, durante o feriado dos Barcos-Dragão, a DSAT esteve em coordenação com várias entidades e planeou os condicionamentos de trânsito e planos de emergência, e lançou autocarros *charters* que chegavam às Portas do Cerco, à Barra, ao Posto Fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e à Avenida de Almeida Ribeiro, para facilitar a deslocação dos turistas e aliviar o fluxo de pessoas. Mas as férias de Verão são diferentes do feriado dos Barcos-Dragão, pois prolongam-se por mais tempo, por isso, sugiro ao Governo que recorra a dados para efectuar uma boa previsão dos períodos de maior afluência, nomeadamente, saber o número de excursões, dispor dos números de entrada e saída dos postos fronteiriços e do número de turistas nos pontos turísticos, etc., para ajustar de forma dinâmica as diversas medidas e fazer fluir o ambiente de trânsito na zona envolvente, e, com isso, proporcionar aos cidadãos e turistas uma deslocação conveniente e confortável. Ao mesmo tempo, o posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau é passagem obrigatória para os residentes que saem de Macau no seu próprio carro, pois já nos feriados e fins-de-semana há sempre picos no regresso, por isso, espero que o Governo reforce a comunicação com o Governo do Interior da China, aperfeiçoando continuamente o *software* e o *hardware* deste posto fronteiriço, para elevar a respectiva eficiência. Mais, devido às frequentes deslocações de pessoas entre Hengqin e Macau e às políticas favoráveis, prevê-se um aumento gradual do fluxo de passageiros neste posto fronteiriço, mas ainda estão em curso muitas obras nas

*(Tradução)*

proximidades, por isso, é provável que a pressão na passagem fronteiriça durante as férias de Verão seja elevada. Assim, sugiro que se acelere o andamento das obras, e há que ponderar a criação de mais pontos de espera de transportes e facilitar a passagem fronteiriça.

## IAOD do Deputado Ma Io Fong em 18.06.2024

### **Reforçar o planeamento das medidas de educação familiar, em prol do apoio abrangente ao desenvolvimento familiar**

Com a mudança dos tempos, as famílias em que ambos os pais trabalham passaram a ser um modelo de estrutura familiar muito comum em Macau, e os residentes prestam cada vez mais atenção às diversas medidas de apoio à família. Segundo muitas opiniões, o Governo deve aperfeiçoar as políticas que favorecem a família e a prestação de cuidados às crianças, colaborar com os diversos sectores sociais no reforço da consciência sobre a educação familiar e promover a partilha de responsabilidades entre os membros da família, para contribuírem com os seus esforços para incentivar a procriação e impulsionar a harmonia familiar e o progresso social.

De facto, o Governo está gradualmente a reforçar o apoio à educação familiar, por exemplo, em 2021, avançou com o Plano de educação para a vida e família, definiu, em conjunto com as instituições de serviço social, o plano quinquenal para os trabalhos de educação da vida familiar e criou o “Grupo de exploração sobre a educação da vida familiar”, estabelecendo assim um mecanismo de cooperação entre o Governo e as associações profissionais e sociais, bem como uma rede de serviços familiares. Estes trabalhos merecem o reconhecimento e o apoio da sociedade.

Devido à alta taxa de divórcios e à baixa taxa de natalidade dos últimos anos, destacou-se a importância do Governo no aperfeiçoamento e promoção contínuos do apoio à educação familiar, e aumentaram as exigências quanto aos respectivos trabalhos. A questão de saber como vão ser aproveitados os planos de trabalho e a injeção de recursos para, em articulação com o desenvolvimento social, otimizar as medidas vigentes, merece reflexão e estudo do Governo.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Já se passaram 4 anos desde a implementação do “plano quinquenal para os trabalhos de educação sobre a vida familiar”, sugere-se ao Governo que avance, em tempo oportuno, com os trabalhos da sua revisão, no que respeita aos objectivos e à eficácia, e ao mesmo tempo e tendo em conta as mudanças do ambiente social dos últimos anos, elabore e optimize o plano de trabalho da próxima fase, em conjugação com os diversos dados. Sugere-se a criação de um grupo de trabalho que inclua mais serviços públicos, além da DSEDJ e do IAS, para desenvolver serviços mais abrangentes de educação familiar e de apoio às famílias, e definir políticas e medidas que favoreçam o desenvolvimento e os cuidados familiares, com mais complementaridade e coerência.

2. Continuar a otimizar o apoio familiar e a divulgação de informações educativas. Em articulação com o plano de educação para a vida familiar, o Governo criou a “rede de informação sobre a educação da vida familiar” e a “página electrónica de informações sobre a educação parental”, proporcionando uma plataforma “one stop” de informações e aprendizagem para as famílias. No entanto, é necessário actualizar e otimizar essa

plataforma. Propõe-se ao Governo que reforce a gestão da plataforma de informações, que enriqueça as instruções sobre a educação familiar e os recursos de apoio, e aproveite ainda a plataforma para a partilha de vídeos com especialistas e académicos com informações sobre as actividades de formação e também para a partilha de vídeos de palestras *online*, para as famílias poderem ter mais referências e essa plataforma possa desempenhar melhor o seu papel de apoio à educação familiar.

3. Garantir o investimento e criar mais condições favoráveis para a cooperação entre a família e a escola. A escola é um elemento importante do apoio à educação familiar. Tendo em conta a ocorrência frequente de casos relacionados com comportamentos desviantes dos jovens, e a tendência de estes envolverem jovens cada vez mais novos, o Governo deve criar condições favoráveis para a cooperação entre a família e a escola, e reforçar a educação e o apoio aos encarregados de educação para enfrentarem os problemas, salvaguardando, em conjunto, o crescimento das crianças. Proponho às autoridades que revejam a situação dos pedidos de apoio financeiro para os projectos de cooperação entre a família e a escola e de educação moral dos alunos, e concedam, por exemplo, condições favoráveis para a simplificação dos procedimentos e o relaxamento dos requisitos de candidatura, a fim de demonstrar a importância do apoio e da cooperação entre a família e a escola. Ao mesmo tempo, sugere-se que tomem como referência a experiência de Hong Kong, e definam a estrutura curricular da educação parental de Macau de acordo com os diferentes níveis de ensino, para os encarregados de educação poderem dominar os conhecimentos e as técnicas necessárias à formação dos seus educandos nas diferentes fases. Espero ainda que as autoridades continuem a reforçar o número de assistentes sociais e de conselheiros psicológicos nas escolas e o apoio financeiro para os conselheiros psicológicos experientes, no sentido de se criarem medidas de apoio sistematizadas, permanentes e extensivas ao apoio à educação familiar, com vista a concretizar os objectivos da política de promoção da educação familiar e do crescimento saudável das crianças.

## IAOD da Deputada Song Pek Kei em 18.06.2024

### **Captação de investimentos em todas as vertentes para promover o desenvolvimento saudável da economia**

Nos últimos anos, o ambiente de negócio de Macau tem enfrentado dificuldades contínuas, os capitais das empresas sofreram reduções significativas e a pressão das operações tem aumentado gradualmente. Em Março do corrente ano, a taxa de cobranças duvidosas aumentou para 4,2%, por isso, como os bancos fiaram mais, verificou-se uma redução significativa da liquidez de capital. As dificuldades de obtenção de financiamento das empresas agravaram-se, o que resultou em redução do investimento, dificuldades de exploração das PME e até no encerramento de lojas e escritórios, entre outros. Embora o mercado imobiliário de Macau esteja a sofrer mudanças bruscas na oferta e na procura, não se pode ignorar os riscos financeiros ocultos, especialmente no sector industrial e comercial, onde os preços têm vindo a descer significativamente, registando-se, em muitos casos, uma situação de activos negativos que afecta o desenvolvimento estável da sociedade.

A "eliminação de existências na reserva e estabilização do mercado" tornou-se um rumo importante para o desenvolvimento do sector imobiliário de todo o país. Para promover o desenvolvimento estável do mercado imobiliário de Macau, é necessário tomar várias medidas para a sua estabilização, e prevenir e resolver os riscos, evitando o seu alastramento a outras áreas. Ao mesmo tempo, há que definir atempadamente políticas para o desenvolvimento do mercado imobiliário, tendo em conta as condições locais, a fim de estabilizar o desenvolvimento social. O Governo deve ainda, em conjunto com o sector imobiliário, criar mais condições para o desenvolvimento diversificado das indústrias "1 + 4", introduzindo investimentos em todas as vertentes, a fim de estabilizar a indústria e o mercado, promovendo o desenvolvimento saudável da economia de Macau.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. A economia de Macau está a ser afectada pelo ambiente geral, muitas pessoas ainda têm de tratar das dívidas acumuladas no passado, por isso, precisam de muito tempo para ultrapassar as dificuldades, e estão a ser mais prudentes no investimento, tanto os residentes como as empresas. Embora acabar com as chamadas medidas picantes possa ter algum efeito no incentivo ao mercado imobiliário, continua a ser uma "gota de água" na conjuntura geral. Em Hong Kong, ao mesmo tempo que se retirava a "medida picante", foi retomado o modelo de fixação de residência através do investimento em imóveis, nomeadamente em lojas e escritórios. Assim, sugere-se ao Governo que retome, em tempo oportuno, a fixação de residência através do investimento e aquisição de imóveis, a fim de introduzir água viva em Macau e incentivar o investimento e o consumo, em prol do desenvolvimento estável da economia.

2. O desenvolvimento diversificado das indústrias "1 + 4" exige espaço de mercado, mas também espaço de terrenos, e o sector imobiliário, tendo em conta a sua natureza diversificada e a importância do investimento, pode articular-se, em vários aspectos, com o desenvolvimento diversificado das indústrias em termos de *hardware*. Sugere-se ao

Governo que, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento, aproveite bem as características diversificadas do sector imobiliário e promova a construção de mais instalações e equipamentos necessários para a diversificação da indústria, a fim de incentivar mais investimentos e aumentar o empreendedorismo e o emprego, criando-se mais condições positivas e favoráveis para o desenvolvimento diversificado das indústrias "1 + 4".

3. A reserva de terrenos é relativamente suficiente, podendo garantir a oferta necessária ao desenvolvimento do mercado. O planeamento da oferta e da procura é crucial para o desenvolvimento, e podem registar-se mudanças, portanto, sugere-se ao Governo que proceda a um estudo mais aprofundado sobre o desenvolvimento do mercado imobiliário e reveja, em tempo oportuno, o planeamento da oferta quer de habitação, quer do respeitante aos sectores industrial e comercial, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento industrial e demográfico, no sentido de reforçar o ajustamento do plano de desenvolvimento de terrenos, construindo-se uma bela Macau.

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 18.06.2024

### O problema do trânsito e a construção da “vila escolar” na Zona Este-2

Segundo os dados do Governo, a Zona Este-2 tem uma área de cerca de 67 mil metros quadrados destinada à construção de instalações educativas, para concretizar o aproveitamento intensivo e a partilha de recursos de terrenos, e para, com a combinação das instalações desportivas e recreativas adjacentes, ser transformada numa vila escolar. Já está definida a lista das oito escolas que ali vão ser instaladas, para além de um centro de actividades educativas e um ginásio para uso exclusivo das escolas. A ideia da construção de uma vila escolar nessa Zona foi bem acolhida pela sociedade, mas, como o planeamento e o conceito devidos estão a ser implementados pela primeira vez em Macau, o calendário específico e os progressos ainda não são claros.

A Zona Este-2, para além dos terrenos para a vila escolar, dispõe ainda de terrenos para fins habitacionais, instalações culturais emblemáticas, instalações recreativas e desportivas, etc., o que vai atrair a deslocação de muitas pessoas de fora dessa zona e, conseqüentemente, aumentar a pressão do trânsito entre bairros, especialmente nas horas de ponta do emprego e das escolas, nas deslocações de professores, alunos e encarregados de educação, pressão que será ainda maior nas proximidades da vila escolar. A Zona Este-2 é também um “ponto” de passagem obrigatória para o posto fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Actualmente, há aí um grande fluxo de veículos e a sociedade está muito atenta à organização do trânsito nessa zona, e espera que as autoridades tomem medidas preventivas e planeiem tudo muito bem e com a devida antecedência.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Proponho ao Governo que aumente a transparência da construção da vila escolar e defina, quanto antes, um calendário e planos faseados para a sua construção, para que as escolas possam, quanto antes, planejar e preparar-se melhor, porque nessa vila há escolas que só têm o ensino primário e há a preocupação com a questão da futura articulação com as escolas secundárias. O Governo deve, tendo em conta as necessidades reais do desenvolvimento educativo de Macau, reforçar a comunicação com as oito instituições educativas; conhecer as necessidades das escolas e dos docentes e alunos; aperfeiçoar o “software” e o “hardware” da vila; e, em articulação com o plano geral de desenvolvimento educativo, elevar a eficácia global e o valor social dos terrenos para fins educativos.

2. O Governo deve continuar a avaliar a situação do trânsito na Zona Este – 2 e a otimizar a sua rede viária, nomeadamente, abrir, quanto antes, mais vias, aperfeiçoar os itinerários, as paragens e a frequência dos autocarros e acelerar os trabalhos de construção do acesso entre a Zona Leste - 2 e a Península de Macau, no sentido de resolver o congestionamento do trânsito e satisfazer as necessidades de deslocação dos cidadãos nessa zona. Tendo em conta as deslocações dos docentes e dos alunos, há que estudar a criação de corredores exclusivos para autocarros, aumentar o número de lugares de estacionamento, instalar um sistema de transporte inteligente, bem como instalar sistemas pedonais e ciclovias nesta zona, otimizando desta forma a ligação entre os diferentes meios de

transporte e o espaço pedonal, a fim de aliviar a pressão do trânsito nas imediações e na vila escolar.

3. Quanto à utilização das instalações desportivas e culturais na vila escolar, o Governo tem planos para construir, na zona Este-2, uma biblioteca comunitária, um museu e uma sala de exposições e espectáculos, entre outras instalações culturais a nível urbanístico. Propõe-se o reforço da interligação entre a vila escolar e estas instalações culturais, a fim de facilitar e incentivar o uso por parte dos docentes e alunos, dinamizando o ambiente cultural, educativo e artístico, e criando uma comunidade de aprendizagem. No futuro, oito escolas irão partilhar um estádio, e espera-se que o Governo as organize para estudarem em conjunto a melhor forma de partilhar os recursos das instalações desportivas, bem como a abertura destas ao público durante a noite, de modo a racionalizar a utilização dos recursos.

## **IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 18.06.2024**

### **Como ajudar os grupos vulneráveis com a tecnologia**

Com o desenvolvimento tecnológico e as mudanças constantes das necessidades sociais, as instalações livres de barreiras devem ser renovadas e ajustadas de forma contínua, a fim de atingir o princípio de justiça social. Só através da integração dos recursos comunitários e sociais é que Macau pode maximizar os efeitos da tecnologia informática na aplicação dos cuidados, prestando, assim, assistência atempada e adequada às pessoas necessitadas. O rápido desenvolvimento da tecnologia facilita a vida da população, mas as camadas mais vulneráveis não são beneficiadas. Estou atento à reactivação pelo Governo do “Plano de apoio financeiro para a aquisição de telemóveis destinado aos idosos e pessoas com deficiência das famílias beneficiárias do subsídio regular” e à implementação de medidas específicas de apoio financeiro quanto à tecnologia, a fim de prestar mais atenção aos grupos vulneráveis.

Sugiro que o Governo lance planos de apoio financeiro para a renovação de telemóveis e Internet, para que as camadas mais vulneráveis possam também beneficiar das tecnologias. Espero que o Governo promova, de forma aprofundada, os diversos planos comunitários, aperfeiçoe, de forma ordenada, o sistema de solidariedade social e de apoio, disponibilize recursos para apoiar os grupos sociais mais carenciados e crie em Macau um ambiente sem barreiras em todos os aspectos.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Para que as tecnologias informáticas possam ajudar ainda mais os grupos sociais mais vulneráveis, o Instituto de Acção Social (IAS) vai lançar, no corrente ano, uma aplicação de telemóvel que pode detectar a situação das actividades dos idosos, nomeadamente, através de dados comparativos com a frequência das actividades realizadas, para conhecer as potenciais necessidades dos idosos. Quanto aos idosos que necessitam de serviços de saúde mental, entendo que a referida aplicação, para além da ligação com os respectivos recursos de prestação de serviços sociais, deve ainda disponibilizar diversos instrumentos e funções de avaliação “online”, para que esse sistema possa tomar a iniciativa de contactar as pessoas que necessitam para lhes prestar o apoio adequado.

2. Espera-se que os serviços de reabilitação e de apoio aos idosos utilizem as novas tecnologias para aliviar os encargos dos cuidadores e elevar a qualidade dos serviços. Assim, entre outros produtos tecnológicos diversificados, deve-se utilizar, nomeadamente, os sistemas de medição fisiológica e de recuperação de precisão e, ainda, o apoio de robôs, para a prestação de serviços de cuidados mais adequados e diligentes às pessoas necessitadas.

3. Propõe-se que nos lares para idosos em Macau sejam introduzidos equipamentos para a monitorização de longa distância, e também o serviço de aluguer de robôs que prestam cuidados a quem necessita, sendo esta uma medida mais flexível do que a contratação de recursos humanos para funções específicas. Essas novas tecnologias incluem o registo

automático e a análise do estado fisiológico da pessoa cuidada, a combinação do patrulhamento por robô em tempo real com o sistema de vigilância de contacto zero (“contactless”) por Inteligência Artificial (IA). Assim, quando o robô receber o sinal do sensor do sistema de monitorização, aproxima-se da pessoa sob cuidados para confirmar novamente a sua situação, e envia um registo fotográfico ao sistema ou ao equipamento de apoio móvel. Em caso de queda da pessoa idosa, o robô emite uma gravação e activa a função de chamada, permitindo-lhe comunicar directamente com o cuidador, aumentando assim a eficiência da prestação de cuidados.

## IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 18.06.2024

### **Assegurar a articulação com a captação de quadros qualificados e planear a respectiva formação**

Sob a liderança do Governo, a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer está a decorrer de forma estável, e as quatro principais indústrias - medicina tradicional chinesa e macro saúde, finanças modernas, tecnologia de ponta, convenções, exposições, comércio, cultura e desporto - estão a desenvolver-se rapidamente. Na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, acelera-se também o desenvolvimento, na direcção da aglomeração e escala, das quatro novas indústrias: "investigação científica e tecnológica e de produção de alta qualidade", "medicina tradicional chinesa e de outras marcas de Macau", "actividades culturais, convenções, exposições e comércio" e "finanças modernas". Têm-se registado novos progressos no desenvolvimento da diversificação adequada da economia de alta qualidade.

Os quadros qualificados são recursos importantes para o desenvolvimento socioeconómico. O Governo, de acordo com o “Regime de captação de quadros qualificados”, está a avançar com os trabalhos de captação de quadros qualificados de elevada qualidade, de quadros altamente qualificados e de profissionais de nível avançado, e a lista de quadros qualificados propostos para a captação abrange líderes das indústrias de topo, gestores e fundadores de grandes empresas nacionais e estrangeiras, bem como profissionais de instituições do ensino superior e das principais indústrias. Os trabalhos de captação de quadros alcançaram alguns resultados.

A segunda fase da captação de talentos está a ser activamente preparada, correspondendo às necessidades e ao planeamento do desenvolvimento industrial a longo prazo. Há que insistir na orientação baseada nas necessidades do mercado, captar talentos especializados que se articulem com o desenvolvimento das quatro principais indústrias, desenvolver o entusiasmo, a criatividade e a liderança dos talentos de alto nível para orientar, promover e apoiar o desenvolvimento das quatro principais indústrias, e desenvolver as vantagens dos talentos em termos de tecnologia, experiência e rede de mercado; há ainda que desenvolver novas forças produtivas de alta qualidade, com vista à diversificação adequada da economia e ao melhor progresso do desenvolvimento de alta qualidade.

De facto, tanto a captação como a formação de talentos são igualmente importantes. Com o desenvolvimento contínuo das indústrias “1+4”, é necessário o apoio de mais talentos. Assim, há que atrair profissionais qualificados e que reforçar a formação de talentos locais para os sectores do turismo e lazer e para as quatro principais indústrias.

Há que reforçar as sinergias entre as instituições de ensino superior de Macau e as indústrias “1 + 4” e o apoio a estas instituições em termos de *hardware* e *software*, para que estejam em consonância com o rumo de desenvolvimento das referidas indústrias e possam aumentar, gradualmente, o número de alunos nas respectivas áreas de especialização, no sentido de formar e preparar os quadros qualificados necessários para o desenvolvimento

das indústrias de “1 + 4” de Macau e das “quatro novas” indústrias da Zona de Cooperação Aprofundada. Há também que reforçar a cooperação entre as instituições de ensino superior e as escolas primárias e secundárias com as empresas de Macau, através de visitas para os alunos e encarregados de educação às instituições de ensino superior e às empresas relacionadas com as indústrias “1 + 4”, no sentido de aumentar os conhecimentos dos alunos sobre as áreas profissionais e as perspectivas de desenvolvimento, bem como incentivar mais finalistas do ensino secundário complementar a candidatarem-se às respectivas áreas profissionais de acordo com as suas preferências e ideais, tudo isto com o objectivo de assegurar a articulação com o desenvolvimento das indústrias “1 + 4” e das “quatro novas” indústrias da Zona de Cooperação Aprofundada, e de criar uma estrutura e de longo de prazo de garantia de quadros qualificados e elevar efectivamente a qualidade da força laboral local.

## **IAOD do Deputado Zheng Anting em 18.06.2024**

### **Exorto os serviços a planearem a utilização temporária dos terrenos desaproveitados, por forma a maximizar o interesse público**

Nos últimos anos, o Governo recuperou 93 terrenos não aproveitados, com uma área de 720 mil metros quadrados, mas só foram 18 desses terrenos aproveitados, com uma área total de 194 mil metros quadrados, ou seja, 27 por cento do total, portanto, ainda não foram eficazmente aproveitados 75 terrenos. Na interpelação oral apresentada na semana passada, discutimos na Assembleia Legislativa a utilização temporária dos terrenos da reserva que ainda não foram aproveitados, para responder às solicitações dos cidadãos. Segundo o Governo, os terrenos revertidos pertencem à reserva de terrenos da RAEM, por isso, a finalidade de cada um depende dos futuros planos de pormenor e dos pedidos individuais de cada serviço.

Na minha opinião, até ao planeamento e utilização permanente dos terrenos, que são património do Estado, estes devem ser aproveitados para a construção de serviços públicos provisórios, instalações de lazer, etc., em articulação com o desenvolvimento urbano e as necessidades de interesse público. Muitos terrenos não aproveitados estão repletos de ervas daninhas, água estagnada e lixo, o que resulta na proliferação de mosquitos, ratos e formigas, e o IAM e os Serviços de Saúde têm de utilizar muitos recursos humanos e materiais para assegurar os trabalhos de limpeza, tais como, exterminação de mosquitos e de ratos, etc., os resultados não satisfazem as expectativas dos cidadãos, está em causa um perigo para a higiene, e é uma perturbação para a vida dos residentes. Assim, como aproveitar a reserva de terrenos para criar valor para o público, melhorar a qualidade do ambiente urbano e evitar o desperdício de terrenos, até ao seu planeamento e utilização permanente, é uma questão que deve ser resolvida, de forma activa, pelo Governo.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Há que reforçar a gestão e a manutenção dos terrenos não aproveitados, isto é, proceder, de acordo com a prioridade e urgência, ao nivelamento dos terrenos situados nas zonas habitacionais, para melhorar as condições de higiene e prevenir a proliferação de mosquitos e ratos, salvaguardando a saúde dos moradores.

2. O Governo deve proceder à coordenação interdepartamental e definir planos provisórios para os terrenos recuperados, ouvindo as opiniões da população, por exemplo, transformar os terrenos localizados perto de bairros comunitários em instalações desportivas e de lazer, como campos livres durante 24 horas, jardins públicos ou parques de estacionamento ao ar livre. Segundo algumas opiniões, os terrenos junto das zonas turísticas podem ser transformados em instalações de apoio ao turismo, instalações complementares de trânsito ou ainda em feiras nocturnas ou locais festivos, podendo acolher, por exemplo, festivais de música, animação, gastronomia, etc., para enriquecer os elementos turísticos de Macau e maximizar o aproveitamento dos recursos de solos, que são muito preciosos.

3. Muitos sectores, como os da logística e armazenagem, da protecção ambiental e da reparação de automóveis, necessitam de terrenos, portanto, o Governo pode considerar arrendar, provisoriamente, os terrenos disponíveis e recuperá-los quando estiver confirmada a sua finalidade definitiva, o que pode servir de apoio às empresas locais com necessidade de terrenos e também permitir o aproveitamento atempado e a criação de valor económico dos terrenos não aproveitados.

O Governo manifestou a sua preocupação com as dificuldades na recuperação dos terrenos concedidos para fins provisórios, mas, na minha opinião, sob a liderança do Governo e a regulamentação da nova Lei de terras, os problemas que eventualmente venham a surgir serão resolvidos com facilidade. Espero que o Governo aproveite bem os preciosos recursos de solos. Neste sentido, deve iniciar, quanto antes, o planeamento dos terrenos, incluir as obras de nivelamento e transformação dos terrenos no orçamento para o próximo ano e assegurar os trabalhos preparatórios para o aproveitamento dos terrenos da reserva, com vista a responder às necessidades da população. Muito obrigado!

## IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 18.06.2024

### Mais medidas para atrair turistas e ajudar a economia das zonas residenciais

Em Janeiro deste ano, falei sobre este assunto numa intervenção no período de antes da ordem do dia, e algumas medidas já foram implementadas. Atendendo à recuperação do turismo e à melhoria do ambiente macroeconómico, considero que estão reunidas condições para atrair turistas para os bairros comunitários menos populares, permitindo-se às PME das diferentes zonas a partilha dos frutos da recuperação do turismo, e o progresso e desenvolvimento conjuntos.

Nos primeiros 5 meses deste ano, entraram em Macau cerca de 14,178 milhões turistas, uma recuperação de 82% do nível registado no período homólogo de 2019, demonstrando que a vontade de turistas em visitar e consumir em Macau continua a aumentar, e o sector do turismo apresenta uma boa tendência de desenvolvimento. No primeiro trimestre deste ano, o consumo total por parte dos turistas cifrou-se em 20,35 mil milhões, um aumento de 36% face ao período homólogo do ano passado, ultrapassando o registado antes da epidemia, e o consumo *per capita* aumentou 43% face a 2019. As férias de Verão são época alta do turismo, e até ao momento, a taxa média de ocupação hoteleira durante essa época atingiu 85%; esta taxa já foi superior a 90%, e crê-se ser possível vir a superar os 90% neste ano, encaminhando-se para a meta anual de 33 milhões de turistas. Para atrair turistas internacionais, os Serviços de Turismo vão oferecer 250 mil ofertas promocionais, incluindo descontos em bilhetes de avião e de embarcações, e quartos de hotel, na esperança de atrair turistas internacionais.

Para atrair pessoas para os bairros comunitários, para promover a sua economia e aumentar a sua atractividade, o Governo lançou muitas medidas boas e eficazes, incluindo o “Grande Prémio para o consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana”, lançado há cerca de 3 meses, que contou com a participação de mais de 1200 lojas da Zona Norte e gerou um consumo adicional de 76,9 milhões; o “Arraial de Flores na Zona Norte”, que foi lançado faseadamente em diferentes lugares da Zona Norte, com vista à instalação de 8 dispositivos de *check-in*; e a série de actividades “Diversão e Gastronomia na Zona Norte”, recentemente lançada. Segundo as previsões, através dos referidos dispositivos de *check-in* e dos itinerários turísticos, em conjugação com o “Grande Prémio para o consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana” e os planos de “lojas com próprias características”, é possível produzir sinergias, atraindo mais pessoas a explorar a Zona Norte e impulsionado o consumo.

Para apoiar as PME, o Governo publicou também o Regulamento Administrativo “Alteração ao Regulamento Administrativo n.º 9/2003 — Regime do Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas” e o Regulamento Administrativo n.º 12/2013 (Plano de apoio a jovens empreendedores), e prolongou o prazo de reembolso de 8 para 10 anos. Cerca de

12 mil PME, que ainda se encontram em situação de reembolso dos empréstimos sem juros, são beneficiários desta medida.

Para reforçar ainda mais o apoio às PME dos bairros comunitários e consolidar e alargar os bons resultados referidos, proponho o seguinte:

1. Estudar a oferta aos turistas de serviços de autocarro gratuitos em carreiras específicas que passem, diariamente, pelas principais zonas turísticas e bairros comunitários, e a disponibilização de roteiros turísticos detalhados e visitas guiadas nos bairros comunitários, com vista a reduzir os custos e o tempo de viagem dos turistas e aumentar o seu desejo de se deslocarem aos bairros comunitários para consumirem e se divertirem.

2. Replicar a experiência bem-sucedida da actividade “Grande prémio para o consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana” e estendê-la a noutros bairros comunitários, acompanhada pelo alargamento da sua cobertura, ou então distribuir vales de viagem aos turistas para se deslocarem a outros bairros comunitários. Proponho que benefícios semelhantes aos do “Grande prémio para o consumo na Zona Norte” sejam estendidos aos turistas que consomem em Macau, por exemplo, atribuir cupões quando os gastos atingem determinado montante, para os incentivar a consumir nos bairros comunitários e lojas designados, com vista a ajudar os lojistas a aumentar os seus negócios e a manter a actividade e também os empregos.

3. Com vista a atrair turistas, as seis empresas integradas de lazer têm investido muitos recursos financeiros na organização de diversas actividades de *marketing*, incluindo prémios, bónus através de pontos, etc. Propõe-se a realização dum estudo para a coordenação dos diversos tipos de prémios e bónus das seis empresas integradas de lazer, abrangendo as lojas dos bairros comunitários. Isto para os turistas, através dos referidos prémios e pontos acumulados, poderem consumir nas zonas comunitárias e nas lojas, impulsionando assim um segundo consumo.

4. Quanto ao apoio financeiro adequado às PME das zonas comunitárias que foram mais afectadas pela epidemia e que não conseguiram beneficiar da actual recuperação económica, e face ao aumento das taxas de juros dos empréstimos em HKD e em Patacas, resultante da subida da taxa de juros do USD, sugere-se ao Governo que tome como referência o “Plano de bonificação de juros de créditos bancários para aliviar o impacto negativo da epidemia nas empresas em 2022” (abreviadamente designado por Plano de bonificação de juros de créditos bancários em 2022). Segundo este Plano, as empresas qualificadas podem requerer, através dos bancos, a bonificação de juros de créditos, cujo montante máximo do crédito bonificado é de 5 milhões de patacas, com um prazo máximo de bonificação de 2 anos e um limite máximo da taxa anual de bonificação até 4 por cento, e as empresas podem, de acordo com as suas próprias condições e necessidades, negociar com o banco credor um plano de reembolso adequado ou reestruturar a carteira de crédito existente. Tudo isto com vista a

apoiar as PME na mobilização do capital e a aliviar a sua pressão de exploração, para ultrapassarem as dificuldades com que se deparam.

## **IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 18.06.2024**

### **Explorar, de forma precisa, os clientes-alvo e apoiar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas**

Apoiar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas é uma questão social urgente. Destas, as que fecharam as portas devido à pressão não podem ser sintetizadas como uma falha de negócios, mas, sim, como um reflexo das dificuldades que todo esse sector enfrenta. O sentimento de impotência e o descontentamento dos respectivos empresários merecem a atenção do Governo e do público em geral. Os problemas associados ao encerramento de micro, pequenas e médias empresas incluem a perda de meios de venda para as empresas a montante, os pagamentos em atraso para as empresas a jusante e, o mais importante, o despedimento dos trabalhadores, o que afecta a subsistência de várias famílias. Para Macau, que tem as micro, pequenas e médias empresas como importantes componentes da sua economia, o impacto da vaga de falências pode trazer uma série de consequências, portanto, há que prestar atenção e apoiar as referidas empresas para que possam resistir às dores resultantes da reconversão económica. São como uma parturiente a gritar de dor, pois, apesar de saberem que a maioria pode dar à luz sem problemas, os médicos e enfermeiros prestam os cuidados necessários, ou até recorrem a novos meios para ajudá-las a reduzir as dores.

Os esforços do Governo para alargar as fontes de turistas internacionais estão à vista de todos. Recentemente, registaram-se muitas boas notícias: Macau tornou-se, pela primeira vez, o destino mais satisfatório para os turistas do Interior da China; mais, foi seleccionada como “Cidade Cultural da Ásia Oriental” de 2025, numa iniciativa conjunta da China, Japão e Coreia do Sul. Estas distinções são uma prova forte do que o director Xia Baolong chamou a Macau: uma “metrópole internacional”. Em comparação com a forma como “os pescadores lançam a rede”, para atrair turistas internacionais, o próximo passo a dar é como aproveitar bem a rica oferta turística de Macau e o “cartão-de-visita dourado” como “Cidade de Gastronomia”, para concentrar eficazmente as fontes de turistas adequadas e direccioná-los para as zonas comunitárias, promovendo o desenvolvimento sustentável das micro, pequenas e médias empresas, e para isto tudo é preciso a cooperação estreita e os esforços conjuntos dos diversos serviços públicos.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Conhecer o inimigo e a si mesmo. Sugiro aos Serviços de Turismo que estudem os gostos e as necessidades dos visitantes, e conheçam os seus hábitos de consumo, as coisas em que estão interessados e o que esperam durante a sua viagem em Macau, etc., para definirem estratégias de promoção turística mais específicas; e sugiro ainda aos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico que conheçam as características dos serviços prestados pelas micro, pequenas e médias empresas enraizadas nas zonas residenciais, ou seja, os seus serviços particulares, as características dos seus produtos e as experiências que podem oferecer aos visitantes, e isto é importante porque permite orientar

e apoiar melhor estas empresas, para os seus serviços corresponderem às necessidades dos turistas.

2. Fazer algo com um propósito. Sugiro aos Serviços de Turismo e aos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico que reforcem a cooperação na exploração de fontes de turistas, e adoptem estratégias de promoção mais pormenorizadas, com base na resposta às expectativas dos turistas e nos estudos sobre os serviços prestados pelas micro, pequenas e médias empresas, para atrair mais turistas dispostos a visitar as lojas localizadas nas zonas comunitárias e dispersá-los, resolvendo assim a sobrelotação dos pontos de *check-in*, e atrair a vinda a Macau de turistas com certa capacidade de consumo. Caso contrário, será impossível alcançar benefícios sociais notórios, apesar de o Governo gastar muito dinheiro na promoção.

3. Encontrar o antídoto certo. Sugiro ao Governo que acompanhe e estude os benefícios sustentáveis alcançados pelas lojas que são recomendadas nas redes sociais e conseguem atrair clientes, e que estude medidas para desviar o fluxo de pessoas para as zonas circundantes destas lojas.

4. Criar novas oportunidades. Quanto aos restaurantes tradicionais que já encerraram ou onde ninguém continuou a operar, sugiro ao Governo que pondere sobre a criação de um centro de exposições denominado “Cidade Criativa de Gastronomia”, para criar mais um ponto turístico e fazer brilhar o cartão-de-visita de Macau enquanto “cidade gastronómica”; e sugiro ainda que convide, a preço abaixo do custo, as pessoas transmissoras da gastronomia para ali continuarem com os seus negócios e as lojas antigas para entrarem neste centro, criando-se assim uma nova oportunidade para as micro, pequenas e médias empresas com dificuldades de exploração!

## IAOD do Deputado Wang Sai Man em 18.06.2024

### **Reforçar a competitividade das micro, pequenas e médias empresas, injectando novo dinamismo na economia de Macau**

Nos últimos anos, a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau tem vindo a ser aprofundada, proporcionando mais oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico de Macau e o desenvolvimento dos residentes de Macau no Interior da China. Devido a factores como o progresso tecnológico e as mudanças socioeconómicas, houve uma grande mudança nos padrões de consumo dos consumidores. A nova geração dá mais importância à experiência pessoal, à qualidade do serviço e à relação custo/benefício, entre outros factores, o que faz com que muitos residentes de Macau optem por gozar férias em viagens curtas. Sob esta tendência, as empresas locais de Macau enfrentam novos desafios e como atrair e manter os consumidores locais torna-se um problema urgente a ser resolvido.

Para melhor responder à mudança do modelo de consumo, o Governo e as empresas de Macau precisam de otimizar ainda mais o ambiente de negócios, e de melhorar a qualidade dos serviços e a experiência de consumo. Isso envolve não apenas melhorias de *hardware*, mas também inovações em modelos de gestão e serviço. As empresas de Macau devem adaptar-se às mudanças das necessidades dos consumidores, oferecer produtos e serviços mais atractivos, reforçar a construção de marcas e aumentar a competitividade. Isto requer esforços conjuntos do Governo e das empresas para definir e implementar estratégias e medidas eficazes. Só assim Macau conseguirá manter-se invencível na feroz concorrência do mercado e alcançar um crescimento económico sustentado e um desenvolvimento social próspero.

É apropriado que o Governo defina uma série de medidas para reforçar o ambiente de negócios, reconstruir a confiança das empresas, desenvolver as vantagens de Macau e promover um melhor desenvolvimento económico. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Medidas a curto prazo: aumentar a vontade de consumo dos residentes em Macau, promovendo o consumo nas lojas físicas e, ao mesmo tempo, deve-se promover a economia nocturna, prolongando o horário de funcionamento das lojas, restaurantes e estabelecimentos de diversões, bem como lançar feiras e festivais de compras nocturnas, etc., com o objectivo de dinamizar a economia nocturna e atrair mais consumo durante a noite. É necessário dar importância ao equilíbrio entre o consumo nas lojas físicas e o consumo *online*, portanto, se se encontrar esse equilíbrio, vamos conseguir também encontrar equilíbrio entre a economia e a vida, sendo este um novo modelo para o desenvolvimento social.

2. Medidas a médio prazo: os empresários gastam muitos recursos no recrutamento, formação, divisão do trabalho e tratamento de documentos, etc. Assim, o Governo deve rever e otimizar a estrutura dos recursos humanos e as políticas de apoio às micro e PME, simplificando e otimizando os serviços e procedimentos; por outro lado, é necessário

revitalizar os elementos industriais e melhorar as leis, regulamentos e políticas para promover a reindustrialização de Macau, permitindo que novas indústrias se possam desenvolver e conseguir vantagens através dos produtos aqui fabricados. Há que reforçar o embelezamento do ambiente comunitário, pois a riqueza que se esconde na população não é só dinheiro, porque investir nas construções comunitárias também a enriquece.

3. Medidas a longo prazo: sugiro que se estude a possibilidade de alargar a base da população para atrair mais quadros qualificados, alargando as necessidades básicas do grupo de consumidores. Ao mesmo tempo, deve-se proceder aos trabalhos de planeamento urbanístico e renovação, para elevar a eficiência da cidade e introduzir o sabor antigo de Macau nesta cidade modernizada.

O desenvolvimento de Macau enfrenta uma concorrência multifacetada, e só com planos de curto, médio e longo prazo se consegue atrair mais turistas e investimentos. Só com uma economia dinâmica é que os cidadãos podem viver felizes e trabalhar com alegria, e só assim se pode elevar verdadeiramente toda a competitividade da cidade.

## **IAOD da Deputada Leong On Kei em 18.06.2024**

Macau tem-se empenhado na construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, sendo os turistas internacionais um recurso importante para o desenvolvimento do sector turístico local. Nos últimos anos, Macau reforçou no exterior o desenvolvimento do mercado turístico, implementando várias medidas para atrair turistas internacionais. O número de visitantes internacionais também aumentou em Macau. Segundo a Direcção dos Serviços de Turismo (DST), no primeiro semestre deste ano, o seu número recuperou para cerca de 70 por cento de 2019; no segundo semestre, vai-se continuar a apostar na promoção do mercado de visitantes internacionais. No futuro, as autoridades precisam de desenvolver mais produtos turísticos que correspondam às necessidades e preferências dos turistas estrangeiros, melhorando a sua experiência de viagem e atraindo mais turistas de todo o mundo, reforçando a imagem de Macau como destino turístico internacional.

Actualmente, os turistas estrangeiros que visitam Macau são, na sua maioria, provenientes dos países do Sudeste Asiático, e o Governo deve acelerar os estudos sobre a exploração de fontes de turistas e novas estratégias e medidas para aumentar a influência de Macau no mercado internacional, por exemplo, reforçar a cooperação com os meios de comunicação social internacionais, intensificar, através de vários meios, o “marketing” digital, promover as redes sociais, participar em mais feiras internacionais de turismo e negócios, fazer brilhar o “cartão-de-visita de ouro” da metrópole internacional de Macau e melhorar a sua imagem internacional, para que Macau possa ter um público internacional mais amplo.

Macau possui dois cartões de visita internacionais, “Centro Histórico de Macau” e “Cidade Criativa de Gastronomia”, atribuídos pela ONU, e as empresas integradas de turismo e lazer também introduziram muitos produtos de consumo de marca mundial. Na lista de estrelas do “Forbes Travel Guide” referente a 2024, publicada recentemente, Macau é, pelo segundo ano consecutivo, a cidade com mais hotéis de cinco estrelas, com serviços de alta qualidade; e, mais, existem em Macau muitas festividades e culturas tradicionais com características próprias. As autoridades devem, através da conjugação desses elementos, apresentar ao mercado turístico internacional os elementos característicos do sector do turismo de Macau; através da promoção da diversificação do “turismo +”, criar novos produtos turísticos e definir novas medidas; e recorrer a novos conceitos para criar uma nova imagem para Macau - “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, isto para, em termos de recursos turísticos, criar diferenças em relação a outros países ou regiões, estimulando ainda mais a intenção dos turistas estrangeiros em visitar Macau e o seu entusiasmo pelo consumo, e promovendo o desenvolvimento da economia turística de alta qualidade.

Mais, há que participar activamente na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e na construção da “Plataforma Sino-Lusófona”, entre outras estratégias nacionais; estabelecer a cooperação e o intercâmbio turístico entre Macau e outros países e regiões; desenvolver a cooperação turística a vários níveis, em várias áreas e sob diversas formas; e continuar a acompanhar e a avaliar as tendências do mercado turístico internacional, a fim de ajustar atempadamente as suas estratégias de “marketing” e os seus produtos turísticos, satisfazendo

*(Tradução)*

as necessidades e expectativas dos turistas internacionais e concretizando, da melhor forma, o objectivo de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

2024-06-18 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

**“O Governo de Macau tem a enorme responsabilidade de resolver com máxima urgência os problemas estruturantes que afligem a RAEM”**

Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), celebra-se no próximo dia 27 de Junho, o Dia Mundial das Micro, Pequenas e Médias Empresas destinado a evidenciar a importância económico-social dos pequenos negócios em todo o mundo. Para a ONU, as micro e pequenas empresas “são a espinha dorsal da maioria das economias e desempenham um papel fundamental nos países em desenvolvimento”. Diz a ONU que essas empresas “são responsáveis por oportunidades significativas de criação de emprego e rendas em todo o mundo” e foram identificadas como “um dos principais impulsionadores da redução da pobreza e do desenvolvimento”.

Quem vive em Macau e tenha tempo, de andar a pé, de norte a sul desta pacata cidade, como faço muitas vezes por semana, consegue-se ver com facilidade e chegar rapidamente à conclusão de que o pequeno negócio vai continuando a “morrer” por falta de clientela e nem os investimentos financeiros em elementos não jogo conseguem alterar o triste cenário do desaparecimento destas empresas muitas delas são empresas tradicionais com dezenas de anos de actividade comercial.

De acordo com as informações recolhidas junto de centenas de lojistas e dos proprietários de pequenos negócios, neste momento nem diminuindo as rendas se consegue travar a “extinção” das PME's, porque para além dos turistas não efectuarem despesas em bens e serviços, os residentes preferem consumir e adquirir nas regiões adjacentes contribuindo para a drástica diminuição da clientela.

Insisti, “milhões” de vezes, neste hemiciclo para que fossem concedidos os cartões electrónicos de consumo, apoiando o lema “Gastar e consumir em Macau” e as PME's locais. Até o Senhor Chefe do Executivo apelou para que os residentes consumissem pelo menos uma refeição em Macau. Mas a maior parte dos trabalhadores residentes ou trazem as refeições pré-preparadas ou regressam para consumir no interior do continente por ser muito mais barato.

Devido ao dramático desaparecimento gradual dos promotores do Jogo, as concessionárias, não tendo outras alternativas para substituir as receitas provenientes dos negócios promovidos por estes intermediários lançaram mãos nas “redes de pesca” caçando “peixes” de todo tamanho quer sejam jovens, jovens de idade média e idosos, tendo como “isca” os alimentos gratuitos fornecidos dentro das salas de jogo tornando o “Jogo de Todos e para Todos” originando mais jovens viciados no Jogo.

Diversas vezes, sugeri que os cupões de consumo de alimentos concedidos pelas concessionárias do Jogo aos jogadores fossem utilizados exclusivamente nas zonas da cidade mais afectadas para atrair os turistas. E, o mais grave, é o elevado desperdício dos investimentos financeiros em elementos não jogo, que não estão a resultar na criação de mais postos de trabalho, mais riqueza, mais felicidades nas famílias, sendo medidas consideradas como “sol de pouca dura” ou “fazer para o inglês ver”.

Os índices felicidade dos residentes vão diminuindo devido crise do desemprego e cursos sem “saídas” profissionais criando um batalhão de jovens desempregados. Os jovens licenciados no estrangeiro que regressem a Macau correm o risco de desemprego prolongado. Os trabalhadores locais lutam com enormes dificuldades no pagamento das dívidas face às elevadas taxas de juro bancárias e a estagnação dos salários contribui para a diminuição dos casamentos e nascimentos.

Tomemos o bom exemplo da Finlândia e os outros países nórdicos que criaram durante gerações uma sociedade baseada no pilar da felicidade dos cidadãos. Estes países apoiam uma governação baseada na transparência e mútua responsabilidade entre governo, empregadores e trabalhadores. Os cidadãos confiam no Governo e nos funcionários públicos, mas isso não significa que eles obedecem cegamente às autoridades sem pensar, ou seja, quando existam divergências esses debates acontecem num ambiente de abertura, honestidade e transparência.

Tudo isto resulta de possuírem um dos melhores sistemas educacionais do mundo, sendo também os menos corruptos e os cidadãos são mais felizes. Salientamos que a educação e a saúde pública são gratuitas ou cobram taxas muito baixas e a meta do progresso social tem sempre como objectivo primordial a felicidade das pessoas.

De acordo com o recente Relatório Mundial da Felicidade baseado em dados da “Gallup World Poll” a Finlândia foi nomeada pela sétima vez consecutiva como o país mais feliz do mundo. Este sentimento generalizado de felicidade é transposto para o mercado de trabalho através da “flexibilidade do horário de trabalho” em que as empresas e os serviços públicos confiam nos seus trabalhadores cujo enfoque está nos resultados do trabalho e não onde e quando a pessoa trabalha.

Neste país, o trabalho faz parte da vida das pessoas, mas a prioridade é a família, a saúde e os tempos de lazer que influencia o estado físico e psíquico dos trabalhadores, ou seja, o sucesso da flexibilidade no mercado de trabalho da Finlândia tem a ver com o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Os serviços públicos e as empresas preocupam-se com o bem-estar dos trabalhadores porque entendem ser de facto os seus recursos mais valiosos pelo que não constitui problema poder trabalhar mais dias de casa e estar com a família, porque no final, o que conta, são os resultados.

Por cá (Macau) há muito por fazer na saúde mental para diminuir os actuais índices elevados de suicídio. Há que valorizar o convívio familiar com flexibilização do horário de trabalho dando prioridade aos seus resultados.

## **IAOD do Deputado Che Sai Wang em 18.06.2024**

### **Exorto o Governo a promover a consciência de toda a população sobre o combate à droga e a reforçar o combate ao tráfico de droga transfronteiriço**

Com o avanço tecnológico e a globalização, a interacção entre os países e as regiões do mundo tornou-se cada vez mais estreita, mas, sob esta prosperidade aparente, surge um conjunto de problemas e, entre eles, o da droga, uma bomba-relógio escondida sob a aparência de estabilidade social, constituindo assim uma grande ameaça para a estabilidade nacional e social. Com o desenvolvimento da tecnologia, o modelo internacional de tráfico de drogas está a encaminhar-se para a rede informática e para um desenvolvimento diversificado, e isso não só aumenta a sua ocultação, a sua complexidade e a diversidade das formas de tráfico, como também as dificuldades de fiscalização por parte das autoridades de Macau.

Recentemente, uma estudante tailandesa foi apanhada pela polícia com droga escondida na sua bagagem, quando entrava em Macau. A droga e os instrumentos para o seu consumo foram apreendidos. O problema do tráfico de drogas transfronteiriço e o abuso no uso de estupefacientes sempre existiram em Macau e, nos últimos anos, com o rápido desenvolvimento da Internet, os contactos para o tráfico de droga dentro e fora de fronteiras é feito através da rede, pelo que o tráfico e a compra e venda de drogas tornaram-se mais rápidos e fáceis, o que dificulta a aplicação da lei. Mais, há cada vez mais novos tipos de drogas, e os criminosos disfarçam esses novos tipos de drogas em sacos de café e alguns em rebuçados coloridos, circulando à vista dos cidadãos. Os criminosos atraem os jovens e os alunos a experimentarem através de embalagens atractivas e com baixo preço, induzindo-os a cair na sua rede de narcotráfico, afectando-lhes a vida. A droga não só afecta gravemente a saúde física e mental dos cidadãos, como também pode causar vários tipos de doenças e propagação de doenças, bem como doenças mentais; e, mais, a droga acarreta outros actos ilícitos, e prejudica a ordem social e económica, o que acaba por ser um grande prejuízo para a sociedade.

Nos últimos anos, a PJ detectou vários casos de tráfico transfronteiriço de droga que tinham Macau como entreposto. Os grupos criminosos aproveitaram o pouco conhecimento sobre a droga e a lei, e o desejo de dinheiro dos jovens, aliciando-os para a prática de actividades criminosas. Os jovens, por ignorância, tornaram-se instrumentos do crime e acabaram por ter dificuldade em escapar. Devido aos elevados lucros obtidos com a venda de droga, embora os serviços responsáveis pela execução da lei continuem a envidar grandes esforços para combater e fiscalizar o seu tráfico, os actos ilícitos continuam a persistir. Os grupos criminosos até dominaram os métodos policiais de rastreamento e combate ao tráfico de drogas, pois inventaram novas formas de tráfico para fugir à fiscalização, o que aumenta as dificuldades em relação a esta.

A droga é um dos desafios mais complexos do mundo e reconhecido como uma dificuldade. A situação de combate à droga em Macau está a melhorar gradualmente e a taxa

*(Tradução)*

de crescimento do número de toxicodependentes registou uma descida geral, mas é necessário prestar mais atenção à tendência de rejuvenescimento e de ocultação do tráfico de droga. Além da sensibilização sobre o combate à droga, o Governo deve dar importância à educação para a prevenção da droga junto dos jovens, ajudando-os, desde pequenos, a criar bons hábitos e juízos correctos, e, através de novos métodos e vias de sensibilização e educação, reforçar, de forma gradual, a educação e a orientação dos jovens.

Mais, o Governo deve, em conjunto com os serviços de combate à droga, a comunidade, as famílias e os diversos sectores, reforçar a descoberta dos casos ocultos de consumo ou de tráfico, para conhecer melhor os respectivos motivos, efectuar bem os respectivos trabalhos de apoio e prevenção, e, através do aperfeiçoamento contínuo das técnicas e métodos de fiscalização, combater o acto ilícito do tráfico de drogas e continuar a interceptá-las na sua fonte, impedindo a sua entrada, para criar uma “sociedade sem drogas”.

## IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 18.06.2024

### **Desenvolver as funções da Cidade Cultural da Ásia Oriental para apoiar o alargamento da abertura do País ao exterior**

A selecção das “Cidades Culturais da Ásia Oriental” é o primeiro evento internacional de nomeação das cidades culturais, por iniciativa da China, Japão e Coreia do Sul. Recentemente, Macau foi seleccionada como Cidade Cultural da Ásia Oriental da China para 2025, passando a ter mais um cartão-de-visita dourado. Segundo o Governo, este vai aproveitar as vantagens da iniciativa “Uma faixa, uma rota” para reforçar o intercâmbio cultural e artístico internacional, e, sob o tema “Encontro do Oriente com o Ocidente e harmonia asiática”, vai avançar com planos de eventos culturais, desportivos e turísticos, a fim de, com isto, expandir ainda mais a singularidade cultural da cidade e melhorar os sistemas e as instalações de serviços culturais públicos. Trata-se de uma notícia encorajadora.

O facto de Macau ter ganhado esta honra traduz-se numa iniciativa do Governo Central para apoiar Macau a integrar-se no desenvolvimento nacional e a contribuir na estratégia cultural nacional, representando o reconhecimento, incentivo e expectativa quanto ao desenvolvimento cultural de Macau.

Como se pode aproveitar bem este cartão-de-visita dourado? Sugiro o seguinte:

#### 1. Criação de uma plataforma de intercâmbio e diálogo culturais

Sendo um local onde se combinam as culturais oriental e ocidental, Macau pode servir de plataforma de intercâmbio e diálogo culturais entre os países da Ásia Oriental, em que artistas e académicos de todo o mundo possam comunicar e apresentar os seus resultados culturais, promovendo-se, deste modo, a compreensão e a integração entre as diferentes culturas.

#### 2. Intercâmbio e cooperação culturais ao nível regional

Há que alargar o intercâmbio artístico-cultural e a promoção turística entre a China, Macau, o Japão e a Coreia do Sul, para, partindo da ideia de “atrair para Macau e expandir-se para fora”, os turistas da Ásia Oriental virem até cá para sentir o particular encanto cultural de Macau, impulsionando-se a cooperação cultural, turística, económica e comercial. Os 3 países da Ásia Oriental têm fortes ligações históricas e culturas próximas, e usam todos os caracteres chineses, assim, podemos organizar, por exemplo, o Festival de Artes de Caracteres Chineses da China, Japão e Coreia do Sul, promovendo a ligação entre os povos e a integração cultural. Para além do lançamento de projectos, o Governo pode ainda apoiar as associações civis a tomarem a iniciativa de realizar exposições e espectáculos culturais no Japão e na Coreia do Sul, em prol do intercâmbio amigável entre os povos dos 3 países da Ásia Oriental através de acções concretas.

#### 3. Elevar o *soft power* ao nível cultural

“Pedras de outras colinas podem servir para polir o jade nesta colina”, e conhecer-se a si próprio e ao inimigo é um benéfico para o próprio. O Japão e a Coreia do Sul têm acumulado uma vasta experiência na protecção da cultura tradicional e na exportação de cultura, por isso, o intercâmbio mútuo pode apoiar-nos a elevar a nossa consciência sobre a exploração orientada para o mercado, promovendo o desenvolvimento do sector.

A China vai ser o anfitrião da Conferência dos Ministros da Cultura da China, do Japão e da Coreia do Sul a realizar em 2025, então, se fizermos um bom trabalho, é muito provável que esta Conferência se realize em Macau. A RAEM é beneficiária de “Um País, Dois Sistemas”, possuindo um estatuto e um contexto cultural particulares, portanto, deve dar um contributo particular para servir a estratégia nacional, especialmente a estratégia cultural. Com a eleição de Macau como “Cidade Cultural da Ásia Oriental”, o Governo Central espera, naturalmente, que a RAEM desempenhe um papel particular no palco internacional, promovendo a aprendizagem mútua entre civilizações e contando bem a história da China, por isso, devemos apoiar plenamente o Governo da RAEM na concretização desta esperança.

Na sessão de transmissão do espírito das “Duas Sessões” este ano, o Chefe do Executivo apontou a necessidade de “desenvolver plenamente as vantagens próprias de Macau e apoiar o País no alargamento da abertura ao exterior”, e de “consolidar e fortalecer as forças patrióticas e de amor a Macau e salvaguardar a harmonia e a estabilidade da sociedade”. Entretanto, Macau ganha o título de “Cidade Cultural da Ásia Oriental”, o que proporciona precisamente novas condições para Macau concretizar os referidos dois objectivos.